

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
- MESTRADO EM GEOGRAFIA**

DIEGO DO CARMO

**ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS NO
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO
IGUAÇU - PR E A CRIAÇÃO DO PROJETO DE REASSENTAMENTO**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
SET/2022**

DIEGO DO CARMO

**ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS NO
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO
IGUAÇU - PR E A CRIAÇÃO DO PROJETO DE REASSENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. Dr. Edson dos Santos Dias

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
SET/2022**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

do Carmo, Diego
ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS NO
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU -
PR E A CRIAÇÃO DO PROJETO DE REASSENTAMENTO / Diego do
Carmo; orientador Edson dos Santos Dias. -- Marechal Cândido
Rondon, 2022.
103 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2022.

1. Atingidos. 2. Território. 3. Usina Hidrelétrica Baixo
Iguaçu.. 4. Reassentamento. I. dos Santos Dias, Edson ,
orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DIEGO DO CARMO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 3 dia(s) do mês de outubro de 2022 às 14h00min, na modalidade remota síncrona, por meio de chamada de videoconferência, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Diego do Carmo, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Clécio Azevedo da Silva, Edson dos Santos Dias, Joao Edmilson Fabrini. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Edson dos Santos Dias, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Organização e ações de resistência dos atingidos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - PR e a criação do projeto de reassentamento". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Clécio Azevedo da Silva, Joao Edmilson Fabrini. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Edson dos Santos Dias

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Joao Edmilson Fabrini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DIEGO DO CARMO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Clécio Azevedo da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Diego do Carmo

Aluno(a)

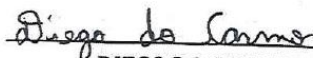
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA
DE DISSERTAÇÃO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente **Diego do Carmo**, declaro, que realizei a minha defesa de mestrado à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho de dissertação intitulado em "Organização e ações de resistência dos atingidos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - PR e a criação do projeto de reassentamento" para banca examinadora realizada na data de 03/10/2022.

Atenciosamente,


DIEGO DO CARMO

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA

Modelo 3 - Para discente de Programa de Pós-graduação da UNIOESTE



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, **Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência**, da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação do candidato **Diego do Carmo**, aluno de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO na banca realizada em 03/10/2022, com o trabalho intitulado “Organização e ações de resistência dos atingidos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - PR e a criação do projeto de reassentamento”.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):



Documento assinado digitalmente

Clecio Azevedo da Silva

Data: 05/10/2022 11:33:07-0300

CPF: ***.772.787-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. CLÉCIO AZEVEDO DA SILVA
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Modelo 1 – Para membros de Banca Examinadora de Programa de Pós-graduação da UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador prof. Dr. Edson Dias por proporcionar e permitir a realizar esse trabalho, onde foi uma árdua jornada que tive privilégio de conhecer novos professores e estudantes, onde juntos construímos grandes discussões durante as disciplinas.

Agraço também aqueles que mesmo indiretamente me emanaram pensamentos e palavras positivas.

Em especial e de forma mais importante, a minha amiga e irmã Nayra de Paiva Oliveira que sempre esteve, e está do meu lado a todo o momento quando o assunto é Lutar pelo conhecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu a nível de Mestrado em Geografia, da Unioeste - Campus Marechal Cândido Rondon, por me permitir realizar essa pesquisa, e participar de momentos tão importantes, mesmo com a configuração do nosso país, estando tão prejudicada na atualidade com um presidente fascista no comando que demonstra a cada dia mais afronta aos professores e a universidade. Bom, ainda estamos aqui, de pé levantando a grande bandeira de resistência por uma educação para todos e de qualidade.

Agradeço aos professores da minha banca de defesa, João e Clécio.

Ao professor Tarcísio por ter feito parte da minha banca de qualificação com contribuições muito importantes, sou grato por me levar a ler referências tão importantes. Obrigado por esse contato.

Ao meu ex-sogro, e ao Djair Rodrigo Andreoli por me possibilitar um caminho de conhecer a Jane Andreoli e ao Celso, que me levaram a alguns entrevistados, e a reconstrução de história e memórias dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques.

A Daniele Rodrigues Nunes e Luciane Rempp.

Ao Colégio Estadual do Campo São João, o qual faço parte.

A todos os meus amigos que fizeram votos positivos para a concretização desta pesquisa.

"O poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos"

Milton Santos.

RESUMO

A implantação de grandes usinas hidrelétricas tem causado danos a muitas pessoas de maneira direta ou indireta que são aqueles atingidos pela obra e seu reservatório, resultando em um processo de desterritorialização. A presente dissertação analisa o processo de construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, e como ficou a reconfiguração territorial dos atingidos nos municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema. Buscou-se, enquanto objetivo geral: analisar as ações, estratégias de resistência e organização da população atingida – **e desterritorializada** - pela U.H. Baixo Iguaçu e a reivindicação da implantação de projetos de reassentamento – **reterritorialização** – como compensação social e econômica. Para executar a pesquisa foram realizadas leituras para compreender a concepção de atingidos e de território. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto a um grupo de atingidos nos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. Por meio desta pesquisa pôde-se entender mais sobre a multiterritorialidade e o contexto históricos da organização do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e as ações de resistência que auxiliaram os atingidos a obterem uma negociação mais justa na construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

Palavras-chave: Atingidos; Território; Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

ABSTRACT

The implementation of large hydroelectric power stations has caused damage to many people directly or indirectly, who are those affected by the construction and its reservoir, resulting in a process of deterritorialization. This dissertation analyses the construction process of the Baixo Iguaçu Hydroelectric Power Station, henceforth H.P.S, and how was the territorial reconfiguration of those affected in the municipalities of Capitão Leônidas Marques and Capanema. It was sought as general objective: to analyze the action, resistance strategies and organization of the affected population – **and deterritorialized** – by Baixo Iguaçu H.P.S. and the claim to establish resettlement projects – **reterritorialization** – as social and economic compensation. To develop the research were accomplished readings to comprehend the conception of affected and territory. It was applied a semi-structured interview within a group of affected from the municipalities of Capitão Leônidas Marques and Capanema. Throughout this research it was possible to understand more about multiterritoriality and the context of the MAD (Movement of Affected by Dams) and the acts of resistance which helped the affected to receive a more forthright settlement in the construction of the Baixo Iguaçu Hydroelectric Power Station.

Keywords: Affected, territorial, Baixo Iguaçu Hydroelectric Power Station.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Localização da UH Belo Monte.....	29
FIGURA 2 - UH Itaipu, localização.....	34
FIGURA 3 - I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Realizado em Brasília, março - 1989	41
FIGURA 4 - Movimento dos Atingidos pela UHE Capanema (1984)	50
FIGURA 5 - Proposta para a localização da UHE de Capanema – anos de 1980.....	56
FIGURA 6 - Comparativo entre impactos das UHE de Capanema e da UHE Baixo Iguaçu.....	57
FIGURA 7 - Localização dos Municípios afetados pela UHE Baixo Iguaçu.....	58
FIGURA 8 - UHE Baixo Iguaçu – Área de influência direta - reservatório e faixa de proteção.....	59
FIGURA 9 - Empreendimentos Hidrelétricos (UHEs) previstos no PAC, com menção a UHE Baixo Iguaçu.	62
FIGURA 10 - Manifestações no canteiro de obras contra a construção da usina em 2016.	64
FIGURA 11 - Região de Salto Caxias	73
FIGURA 12 - Área de um Reassentamento em Área Remanescente. Novembro/2018.	79
Figura 13 - Obras de reassentamento rural coletivo	80

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Dificuldades que apareceram na negociação	87
GRÁFICO 2 - Problema causado pela negociação das terras para a construção UHE Baixo Iguaçu.....	88

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Impactos da UHE do Baixo Iguaçu de acordo com o RIMA.....	65
QUADRO 2 - Dificuldades que a construção da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu trouxe aos atingidos.	86
QUADRO 3 - Avaliação por parte dos atingidos, quanto à satisfação no processo de negociação com o CEBI	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - As Principais Usinas Hidrelétricas Brasileiras – em capacidade de produção energética – ano 2018.	27
TABELA 2 - Área dos municípios afetados pela Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional.	35
TABELA 3 - Resultados das desapropriações para área do reservatório – Novembro/2018	76
TABELA 4 - Beneficiários Reassentamento Margem Esquerda (Município de Santa Tereza do Oeste – novembro/2018.....	81
TABELA 5 - Beneficiários reassentamento Margem Direita (Município de Santa Tereza do Oeste) – Novembro de 2018.....	82
TABELA 6 - Resultado das ações de relocação para área do reservatório – Novembro/2018	83
GRÁFICO 7 - Dificuldades que apareceram na negociação	87
GRÁFICO 8 - Problema causado pela negociação das terras para a construção UHE Baixo Iguaçu.....	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAGE: Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica

ADA: Área Diretamente Afetada

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

ADAHBI: Associação Dos Atingidos da Hidrelétrica Baixo Iguaçu

ASTROBI: Associação dos Trabalhadores Assentados do Baixo Iguaçu

CEBI: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu

CESP: Companhia Energética de São Paulo

COAGRO: Cooperativa Agroindustrial do Sudoeste do Paraná

COPEL: Companhia Paranaense de Energia

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CRAB: Comissão Regional Dos Atingidos por Barragens.

CRABI: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CUT: Central Única dos Trabalhadores

CTM: Comissão Técnica Multidisciplinar

DNTR: Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

EIA: Estudos De Impactos Ambientais

ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETROSUL: Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil

UHE: Usina Hidrelétrica

IAP: Instituto Ambiental do Paraná

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens.

MJT: Movimento Justiça pela Terra.

MW: Megawatts

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAC: Plano de Aceleração do Crescimento

PBA: Projeto Básico Ambiental

PCS: Programa de Comunicação Social

PR: Paraná

PNE: Plano Nacional de Energia

RAS: Relatório Ambiental Simplificado

RAR: Reassentamentos em Áreas Remanescentes

RRCS: Reassentamentos Rurais Coletivos

RIMA: Relatório de Impactos de Meio Ambiente

SEB: Setor Elétrico Brasileiro

UHE: Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1 AS CONSTRUÇÕES DE GRANDES HIDRELÉTRICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE O TERRITÓRIO	24
1.1 MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO: USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAS DE RESISTÊNCIA	24
1.2 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL.....	37
2 CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DA U.H. BAIXO IGUAÇU	46
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA E CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES E A PRIMEIRA TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA NA DÉCADA DE 1980	46
2.2 A IMPLANTAÇÃO DA U.H. BAIXO IGUAÇU E O PAPEL DO MAB NO APOIO AOS ATINGIDOS – década de 2010.....	58
3 A LUTA DOS ATINGIDOS PARA A COMPENSAÇÃO NA FORMA DE PROJETO DE REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO.....	67
3.1 PROJETO DE REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO	67
3.2 REIVINDICAÇÃO POR PARTE DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA U.H.B. IGUAÇU.....	75
3.3 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS POR PARTE DOS ATINGIDOS – A RETERRITORIALIDADE É POSSÍVEL?.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
BIBLIOGRAFIAS	94
SÍTIOS ELETRÔNICOS	100
ENTREVISTAS.....	102
APÊNDICES.....	104

INTRODUÇÃO

O processo de implantação de uma obra com grande escala de alteração do seu entorno, como é o caso de grandes hidrelétricas, resulta em mudanças bruscas de padrões pré-estabelecidos na organização socioespacial, produtiva e de relação com o ambiente. Essas mudanças são recorrentes na implantação e consolidação desse tipo de obra, no entanto, as consequências, formas de reação e o nível de mitigação e compensação apresentam singularidades para cada situação específica, a depender de um conjunto de determinantes de ordem social, política, econômica e ambiental envolvidas.

No caso da U.H. Baixo Iguaçu, de acordo com a CPT - Comissão Pastoral da Terra seriam mais de 500 famílias atingidas na região sudoeste paranaense, em especial nos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. Os estudos voltam-se para como ocorreram as tentativas de organização e a consolidação das lutas, as formas de militância e a construção política e social da percepção de “atingido” junto às pessoas afetadas direta ou indiretamente pela obra e como o MAB contribuiu nesse processo. Parte-se da referência básica que esse movimento surge das lutas espontâneas e locais, em busca de respostas à política nacional de energia de matriz hidrelétrica que ao longo de décadas desalojou milhares de pessoas para a construção das barragens.

Essa dissertação tem como objetivo principal analisar as ações, estratégias de resistência e organização da população atingida – e desterritorializada – pela construção da U.H. Baixo Iguaçu e a reivindicação pela implantação de projetos de reassentamento – reterritorialização – como compensação social e econômica.

Como ramificações deste objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos:

- a) refletir criticamente sobre a construção de grandes hidrelétricas, suas consequências socioambientais e a organização da resistência a esse modelo energético no Brasil.
- b) Recuperar o contexto histórico da primeira tentativa de implantação de uma usina hidrelétrica no Município de Capanema.

c) Apresentar e analisar o desdobramento recente da implantação da U.H. Baixo Iguaçu e o papel do MAB no apoio aos atingidos.

d) Destacar a reivindicação, por parte da população atingida, para a criação de projetos de reassentamento como forma de compensação.

Compreender o processo histórico-social de formação do MAB, sua estrutura organizacional, suas estratégias, ações e limitações, assim como sua própria constituição enquanto movimento social torna-se relevante na medida em que o MAB apresenta-se, no contexto brasileiro, como o principal movimento organizado em defesa dos direitos e reivindicações da população atingida pela implantação de barragens.

Além disso, a pretensão é estudar esse movimento social a partir da sua participação em um caso concreto que foi a implantação da Usina H. Baixo Iguaçu, localizada no Sudoeste paranaense e que afetou (e ainda afeta, pois sua inauguração é bastante recente) centenas de famílias que foram, em maior ou menor medida, desterritorializadas para a geração de energia.

Antes da construção da U.H. Baixo Iguaçu houve uma primeira tentativa de instalação de uma usina no Rio Iguaçu que afetaria os mesmos municípios, algo que será abordado de forma detalhada nesse estudo. Para o momento, cumpre esclarecer que em 1979 ocorreram os primeiros rumores sobre a construção de uma usina hidrelétrica a ser instalada no Rio Iguaçu, no município de Capanema. As notícias em relação à construção da barragem resultaram em apreensão junto à população por conta da submersão de parte dos territórios dos municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema, inclusive com previsão de afetar uma área interna da mata do Parque Nacional do Iguaçu. Os responsáveis pelos planos ligados a aquela hidrelétrica, nos casos representados por órgãos de Estado, associados aos interesses privados do setor elétrico, divulgavam apenas o vantajoso potencial hídrico a ser utilizado e o progresso resultante, mas minimizavam o fato de que muitas famílias iriam perder suas terras que seriam alagadas pela construção e formação do reservatório. Mas, pela conjunção de uma série de fatores e ações que serão abordadas na pesquisa, houve uma mobilização social que impediu a implantação da barragem nesse trecho do rio, em plena conjuntura política marcada pelo regime ditatorial militar que vigorava no país naquele período.

No entanto, em 2011 é apresentada uma nova proposta para a construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu em Capanema. Para isso, foi outorgada a construção da usina à empresa privada Neoenergia com a participação monetária da Companhia Paranaense de Energia (Copel), e a construção teve início em 2013. Após sua finalização, a usina entrou em uso comercial no ano de 2019.

A questão motivadora para o desenvolvimento desse estudo parte da seguinte indagação: Como se deu a organização e resistência por parte da população atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (diante do processo de desterritorialização) e como se constrói e efetiva a reivindicação de reassentamento (reterritorialização) por parte dos atingidos.

Pretendemos problematizar os impactos decorrentes da implantação de grandes usinas hidrelétricas sobre o território e suas consequências socioambientais e o papel e atuação do MAB como apoio aos atingidos. Nesse contexto, interessa-nos, principalmente, entender como se processa a construção das reivindicações e das formas de organização das famílias atingidas, antes e depois da participação do MAB nesse processo, assim como as estratégias tomadas para dar visibilidade ao movimento.

Na problematização deste tema pretende-se levantar e consultar um quadro teórico de referência “[...] que se forma através do conhecimento das explicações já feitas sobre o mesmo assunto, seja no plano dos clássicos, seja no plano da discussão atual.” (DEMO, 1987, p. 49).

Trata-se de um referencial teórico que aborda questões como o conceito de território e seus desdobramentos diretos como territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade, assim como grandes obras de desenvolvimento e conceito de atingidos. A base teórica se assenta em um referencial crítico constituído a partir da análise sobre Justiça Social de forma específica. Esses estudos partirão de casos concretos e específicos que se referem à organização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, localizada no rio Iguaçu entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no Sudoeste do Paraná.

Compreender o processo histórico-social de formação do MAB, sua estrutura organizacional, suas estratégias, ações e limitações, assim como sua própria constituição enquanto movimento social torna-se relevante na medida

em que o MAB apresenta-se, no contexto brasileiro, como o principal movimento organizado em defesa dos direitos e das reivindicações da população atingida pela implantação de barragens.

No primeiro capítulo analisamos as opções adotadas para o modelo energético brasileiro e suas consequências socioambientais a partir do apoio de conceitos como território, desterritorialização e reterritorialização, assim como a questão conceitual em relação ao termo atingido a partir da busca de justiça social e o papel do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Para o segundo capítulo, pautamos o texto da implantação da U.H. Baixo Iguaçu, apresentando uma breve caracterização socioeconômica dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, a primeira tentativa de implantação de uma usina entre esses municípios no início da década de 1980, que acabou arquivada temporariamente, e a posterior retomada do projeto, agora modificado diante da nova conjuntura nacional.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos as reivindicações dos atingidos e a compensação na forma de projetos de reassentamento rural coletivo. Esse último capítulo é organizado a partir das narrativas extraídas das entrevistas realizadas para a elaboração desta dissertação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como recurso metodológico para obter o posicionamento e a percepção da população atingida, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas que possibilitam ao entrevistador uma gama de questões preestabelecidas, porém, com autonomia para adicionar outras, ao longo da entrevista. Ou seja, as entrevistas foram feitas com base em um roteiro elaborado de maneira prévia pelo pesquisador/entrevistador.

As entrevistas foram aplicadas a moradores dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. Em razão do ano de 2021 ainda contar com um aumento significativo da COVID-19, para viabilizar as entrevistas, de forma remota, foram utilizadas plataformas digitais como skype e whatsapp, além de e-mail.

Essas entrevistas foram fundamentais para a busca das narrativas e subjetividades dos entrevistados que participaram da resistência na construção

da Usina Hidrelétrica, no final da década de 1970, assim como dos atuais atingidos pela construção da U.H. Baixo Iguaçu.

Indispensável o levantamento e a consulta de discursos impressos, relatórios e documentos técnicos (EIA/RIMA) da usina. Para uma leitura mais abrangente em relação ao tema foram consultados livros, teses, dissertações, artigos de periódicos científicos, jornais impressos, notícias publicadas na mídia eletrônica, sites do consórcio gestor usina (Neoenergia e Copel) e do MAB.

Quanto à metodologia escolhida para elaboração deste estudo foi a de cunho qualitativo que permite entender os resultados como passíveis de serem construídos e interpretados partindo das entrevistas realizadas, assim como documentos técnicos de apoio como o EIA/RIMA.

O instrumento privilegiado de pesquisa foi a entrevista estruturada, aplicada aos agricultores, trabalhadores e pessoas ligadas ao MAB.

Quanto ao método de pesquisa escolhido o qualitativo, para Schawandt (2006), é aquele que se caracteriza pela qualificação dos dados coletados, durante a análise do problema. Estudos qualitativos respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, penetram no universo dos comportamentos, atitudes e valores subjacentes ao objeto e ao contexto pesquisado, buscando o significado de variáveis que não podem ser reduzidas à quantificação. Beuren (2006) destaca que abordar um problema qualitativamente pode ser adequado para conhecer a natureza de um fenômeno social.

Para esta pesquisa, foram entrevistadas 12 pessoas, entre atingidos e pessoas envolvidas com o poder público, o critério de escolha foi rente a indicações onde uma entrevista me levou a outra de modo natural. Ao trilhar as entrevistas, tivemos uma grande dificuldade em realiza-las todas pessoalmente, pois não foram todos os entrevistados que aceitaram a entrevista em seu modo presencial. Pandemia que comprometeu uma participação mais ampla no número de entrevistados houve muitos que foram contactados, mas se recusaram a participar, quando se relatava que seria utilizada para a construção de um trabalho acadêmico.

1 AS CONSTRUÇÕES DE GRANDES HIDRELÉTRICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE O TERRITÓRIO

Neste capítulo abordamos os modelos energéticos brasileiros, em seguida apresentamos o uso e a apropriação dos territórios para a construção das grandes usinas hidroelétricas. Após, apresentamos os conflitos socioambientais resultantes da construção de usinas hidrelétrica e as ações de resistência de movimentos que procuram organizar os atingidos para propostas de enfrentamento às construções de grandes hidrelétricas.

1.1 MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO: USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E FORMAS DE RESISTÊNCIA

Atualmente muitos estudos apresentam uma percepção mais crítica em relação às construções das mega-hidrelétricas, que são licenciadas pelas agências ambientais e resultam em transformações e impactos mais ou menos radicais sobre a natureza e os agentes sociais do lugar. No Brasil da década dos anos 1980 muitas famílias foram atingidas pelas construções de grandes obras hidrelétricas, e vale ressaltar as dificuldades impostas a essa população, a começar pela falta de espaço de debate e participação em algo que afetaria suas vidas profundamente. No entanto, por força da necessidade foram organizados grupos importantes que constituíram militância em favor dos atingidos e colocaram reivindicações pautando os interesses daqueles que tiveram suas vidas afetadas diretamente pela implantação na obra.

[na década de 80, nos estados de Santa Catarina] agrupamentos de moradores rurais duramente atingidos por obras de hidrelétricas foram incentivados por padres católicos, às vezes os bispos, mais os pastores luteranos, e agentes de entidades ligadas às religiões, como a CPT; tiveram a presença ativa de sindicalistas militantes das entidades filiadas à confederação nacional CONTAG e ao DNTR Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da então recente CUT. (SAVA, 1996. p. 4)

Agentes ligados a organizações e entidades como as citadas acima ajudaram os atingidos a terem suas falas e críticas em relação à construção das mega-hidrelétricas, possibilitando um posicionamento mais firme de resistência em prol dos atingidos pelas barragens. Mesmo depois de 40 anos dessas experiências de luta e resistência se faz necessário discussões e análises sobre os projetos de grandes usinas e como suas construções representam ameaças à população e como esses territórios foram apropriados de forma indevida.

Por este motivo ao longo deste capítulo pretendemos mostrar a importância do entendimento do território, sob uma perspectiva teórico-conceitual e também concreta-prática, e como as construções de grandes usinas hidrelétricas resultam em consequências socioambientais com desdobramentos sobre **o território**, a partir dos danos à população e ambiente nesse processo de construção de barragens e implantação de usina hidrelétrica.

Os conflitos socioambientais resultantes da construção de usinas hidrelétricas são objetos de análise há muitos anos e a apropriação indevida destes territórios por empreiteiras resultam na interferência radical nos espaços de vivências de muitas famílias.

Os conflitos em torno da apropriação e significação do território conduzem, assim, à “emergência da alteridade”. A localidade define-se, então, de forma crítica às ideologias territoriais do Setor Elétrico (Estado, empreendedores e consultores) emergindo, nesse contexto, como esfera de pertencimento espacial e de construção de identidades sociais e políticas. (ZHOURI, 2005, p. 112).

Os conflitos que circundam a apropriação de terras sempre colocaram em pauta uma grande emergência da alteridade territorial, além de trazer de uma forma importante aos critérios de pertencimento territorial, sendo ambos os conceitos voltados a tratativa do sujeito com o território e trazendo eles as suas significações. Nesse contexto de lutas emergem novas ressignificações do que seja “território”, assim como do termo “atingidos”. A população afetada por esse tipo de obra procura ter “voz ativa” a partir da luta pela defesa de suas terras. Com o apoio de movimentos organizados, os atingidos trabalham por meio da

coletividade para contrapor o discurso homogêneo das empresas e construtoras a frente desses projetos.

Atualmente, as usinas hidrelétricas do Brasil produzem mais de 90% da geração de energia em nosso país. Segundo Silveira (2016) a partir do final do século XIX, o Brasil começou a instalar barragens para a construção de usinas em nosso país, mas suas construções ganharam uma grande proporção após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a adoção desse modelo hidrelétrico se tornou predominante. No entanto, estas construções tradicionalmente causaram conflitos os quais envolvem o território apropriado. Sendo assim, todo conflito de território e seus desdobramentos estão ligados a alianças que defendem o direito da população atingida pela construção dessas barragens.

A produção de energia é extremamente importante para o desenvolvimento de qualquer país. Além disso, a qualidade e o nível de capacidade de energia em um determinado local indicam o grau de desenvolvimento da área. Podemos notar que países com renda mais alta geralmente têm maior capacidade de consumo de energia. O mesmo acontece com o Brasil à medida que o país se moderniza, o setor de produção de energia do Brasil também é ampliado para dar conta da demanda.

Ainda assim, as construções de grandes usinas hidrelétricas trazem conflitos socioambientais, entre as empresas construtoras e geradoras e os muitos atingidos e suas perda/retirada de seu território. Segundo Zanarotti (2018) em nosso país, 40,5% do potencial hidrelétrico está localizado na Bacia Amazônica. Localizada na Bacia do rio Paraná, a U.H. Itaipu Binacional detém o título de maior produtora de energia hidrelétrica no Brasil.

No Brasil temos um grande número de usinas hidrelétricas. Abaixo elencamos as 10 principais, relevando sua capacidade de produção energética, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia - ABRAGE e Companhia Energética de São Paulo – CESP.

TABELA 1 - As Principais Usinas Hidrelétricas Brasileiras – em capacidade de produção energética – ano 2018.

USINAS	ANO DA INAUGURAÇÃO	CAPACIDADE
1. Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, no Rio Paraná;*	1984	14.000 MW
2. Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Rio Xingu;	2013	11.233 MW
3. Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Rio Tocantins;	1984	8.370 MW
4. Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, no Rio Paraná;	1984	3.444 MW
5. Usina Hidrelétrica de Xingó, no Rio São Francisco;	1994	3.162 MW
6. Usina Hidrelétrica de Foz Do Areia, no Rio Iguaçu;	1977	2.511 MW
7. Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco;	1948	2.462 MW
8. Usina Hidrelétrica de Itumbiara, no Rio Paranaíba;	1980	2.082 MW
9. Usina Hidrelétrica de Teles Pires, no Rio Teles Pires;	2011	1.820 MW
10. Usina Hidrelétrica de São Simão, no Rio Paranaíba;	1978	1.710 MW

* **No caso da UHE Binacional de Itaipu trata-se de um empreendimento em consórcio com o Estado paraguaio, logo não é uma empresa totalmente brasileira.**
 Fonte: ZANAROTTI. (2018)

Embora consideradas importantes fornecedoras de energia limpa, do ponto de vista socioambiental, as hidrelétricas ainda se situam ao nível de grandes empreendimentos que impactam negativamente grandes áreas tanto nas dimensões social quanto ambiental. Inclusive, pelo alto nível de impacto e área de abrangência de algumas usinas há um movimento que instiga a pensar até que ponto vale as construções desses megaprojetos de investimento.

Ao longo dos anos, no Brasil, tivemos várias construções de usinas hidrelétricas que trouxeram grandes problemas socioambientais e tornaram-se casos emblemáticos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no sudeste paraense, mais especificamente no município de Altamira (PA), onde há o grande curso do Rio Xingu que foi desviado para a formação de reservatório, conforme Figura 01. Os resultados das ações de mitigação e compensação de impactos implementados por empresários e governo federal não se traduziram em melhores condições socioambientais ou de qualidade de vida na região.

Conforme Fleury e Almeida (2013) assim como outras construções e megaprojetos hidrelétricos, a UH Belo Monte, teve seu primeiro projeto idealizado na década de 1980, durante a instalação da usina de Tucuruí, em época auge da ditadura militar em nosso país, no entanto a construção da usina

na bacia do Rio Xingu teve seu início em junho de 2011, e somente em 2016 começou a produção de energia, com previsão de potência energética de 11.000 MW/hora.

A UH Belo Monte foi marcada por ser uma das maiores obras e a mais cara a constar no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Também foi uma das obras mais criticadas, com várias ações judiciais que contestaram o projeto, tanto por violações de direitos humanos estipulados por tratados internacionais, bem como também violações de legislação ambiental e direitos constitucionais (MAB, 2011).

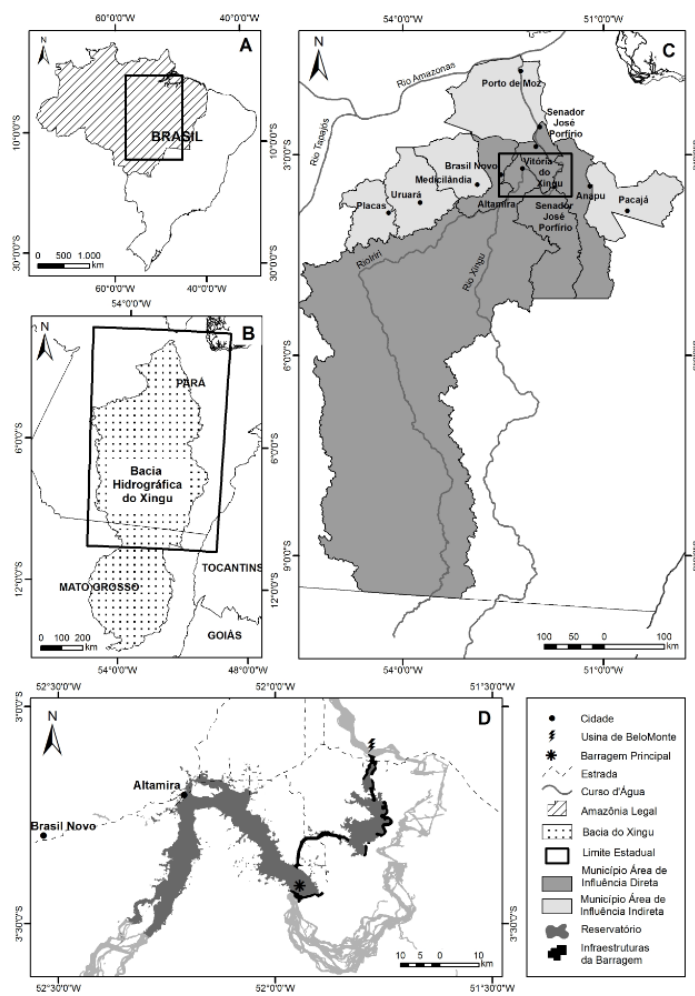
É importante ressaltar que ainda há protestos das populações ribeirinhas e indígenas em apoio às questões socioambientais.

Nós, índios Juruna, da Comunidade Paquicamba, nos sentimos preocupados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Porque vamos ficar sem recursos de transporte, pois aonde vivemos vamos ser prejudicados porque a água do rio vai diminuir como a caça, vai aumentar a praga de carapanã com a baixa do rio, aumentando o número de malária, também a floresta vai sentir muito com o problema da seca e a mudança dos cursos dos rios e igarapés... [...]. (SEVÁ FILHO, 2005, p. 74).

Os manifestos dos ribeirinhos e indígenas foram importantes como impulso para outras pautas fundamentais para que as empresas repensassem a importância desses territórios aos atingidos.

A Usina Hidroelétrica de Belo Monte se configura como uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e foi marcada por diversos conflitos socioambientais, desde seu planejamento, até a sua construção. Foi então que movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) entraram com estudos e processos para tentarem, inicialmente, impedir a sua construção e, não conseguindo, ao menos obter uma compensação justa para todos os atingidos.

FIGURA 1 – Localização da UH Belo Monte



Fonte: Silveira (2016)

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é considerada a terceira maior hidrelétrica do mundo e sua construção está envolta em diversas controvérsias. Essas contradições têm causado muitos problemas na região, como deslocamento forçado em áreas rurais e urbanas, distúrbios sociais e conflitos, conforme apontado em relatórios de organizações civis e do Ministério Federal de Relações Públicas (ISA, 2010).

Para as grandes empreiteiras responsáveis pela construção dessas megausinas e as empresas gestoras, o território representa o recurso necessário para acumular capital, e a população a ser desapropriada e/ou retirada significa o efeito colateral da busca do progresso e desenvolvimento. No entanto, nesses territórios temos vivências, histórias e memórias de sujeitos sociais que vão além do lucro que as empreiteiras buscam quando desejam instalar suas construções.

É por este motivo que um fazer geográfico comprometido socialmente busca entender e analisar as relações de poder entre as novas organizações e movimentos sociais e suas ressignificações de conceitos.

Segundo Paz (2006), o território deve ser entendido como um recurso metodológico de análise dos impactos socioambientais, de forma a enfatizar a abrangência global/nacional ou local das questões envolvidas, isto é, a fim de compreender as eventuais relações de poder nessas diferentes escalas e formas organizacionais e ações.

Ao abordarmos o território e seus desdobramentos devemos buscar, de início, esclarecer as referências para o entendimento desse conceito, tecendo ideias básicas a respeito das compreensões dos processos territoriais que estão intrinsicamente ligados às desterritorializações, e as possibilidades de reterritorializações. Após essa verificação conceitual, passamos a aplica-los para compreender as relações sociais dos estudos geográficos perante as construções das usinas hidrelétricas e seus impactos.

As concepções das multiterritorialidades abordadas por Rogério Haesbaert (2006 e 2007) nos remete a existência de múltiplos territórios e as diferentes abordagens naquilo que diz respeito à territorialidade. Haesbaert (2007) nos aponta que o território está veiculado diretamente à uma dimensão política e clara de poder.

Embora a polêmica em torno do conceito de território não seja uma novidade nas discussões geográficas cuja raiz ainda está na “Geografia Política Clássica”, a ambiguidade que envolve o seu conceito tem se ampliado nos últimos anos.

Quando se planeja a execução de uma usina hidrelétrica, ainda nessa dimensão do plano já se verifica uma representação de espaço, uma tentativa de apropriação ou um controle mesmo que limitado. Posto isto, para Raffestin podemos notar que “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Raffestin (1993), o território é uma construção conceitual baseada no conceito de espaço, desta forma, o autor pretende distinguir entre o que foi “dado” - o espaço utilizado como matéria-prima natural, e os produtos produzidos

pelas ações sociais de base. Em outras palavras, o território é considerado uma estrutura "formalizada ou quantificada".

Ainda segundo Raffestin existem muitos conceitos sobre território humano e suas territorialidades, mesmo que uma análise mais econômica e política do território reconheça complementaridade entre as dimensões econômica, política e cultural. De acordo com Raffestin, o território é criado a partir do espaço, revelando relacionamentos caracterizados por poder, como observamos nas construções das usinas hidrelétricas. Nessa visão do autor o espaço vem de fato anterior ao território. Para Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

É neste espaço que permeiam as relações socioambientais, que em sua construção começam a funcionar e atuar em autarcia ou desequilíbrio, sendo que o território está de fato anexo ao espaço. O autor acredita que o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe bem antes do território. E possuem atores que transformam este território por meio de suas interações e sempre "marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras". (RAFFESTIN, 1993, p. 23).

Nessa mesma linha conceitual, Saquet (2010) nos aponta que "o território pode ser temporário ou mais permanente, e em diferentes escalas, incluindo sempre, a síntese dialética da natureza e da sociedade existente na humanidade" (SAQUET, 2010, p. 128). Ainda ressalta que:

[...] no território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. O território, [...] é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; *obras* e *conteúdos*. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

Isso não quer dizer que tudo é território, partindo desta abordagem feita pelo autor anterior, podemos notar que o território é um todo amplo, e esse todo

aqui ressaltado é parte de nossa realidade. Ou seja, formado por condições construídas pelo sujeito na prática social com a natureza e com o outrem.

Pensando ainda no conceito de território, partindo da ótica de Milton Santos:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. (SANTOS, 1996, p.51).

O território aqui corresponde ao complexo natural e mais as pessoas e suas atividades e locais como: ruas, plantações, fábricas, fazendas, estados, ou seja, o território para o autor é construído na/pela história, com a negação da natureza.

Entre estas discussões sobre o território conseguimos compreender que todo projeto hidrelétrico de fato constrói enorme desejo de uma apropriação do espaço ante a configuração do território. Para Mendes:

Os projetos hidrelétricos exemplificam o desejo de apropriação do espaço sob a forma de território, possuindo aí o interesse por essa posse para implantar a barragem, a gerar energia elétrica e comercializá-la, de modo a atingir seus anseios comerciais (MENDES, 2018, p. 12).

Em relação aos projetos hidrelétricos devemos atentar que para toda a construção de barragem há sempre uma desterritorialização daqueles que são atingidos. O que nos chama a atenção e devemos repensar, é sobre a distribuição espacial imposta às pessoas para a implantação da usina, seja na área determinada para a construção da obra, seja para a área alagada para a formação do reservatório. Tais projetos criam problemas ambientais e sociais, e são por estes motivos que organizações de resistência, como os atingidos, com apoio de alguns sindicalistas, jornalistas, acadêmicos e representantes do

Ministério Público questionam os planos de construções das mega - hidrelétricas e passam a criticar e analisar os seus feitos sobre as questões socioambientais.

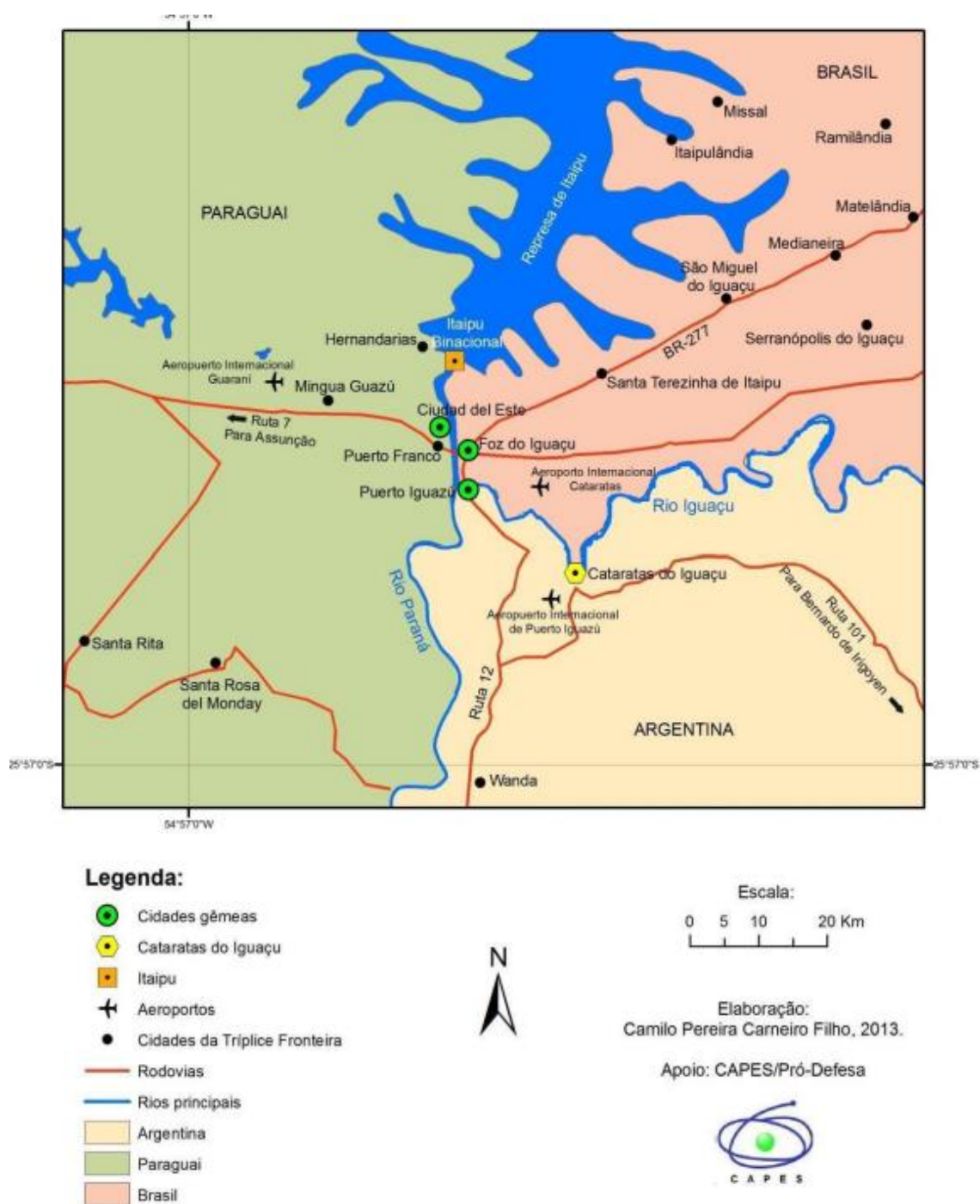
O uso de rios para gerar energia por meio de usinas hidrelétricas sempre representou algum tipo de impacto na ecologia, economia e sociedade. Dentre esses impactos, sobressai a (des) territorialização da população para a formação da obra e do reservatório, que é um dos conflitos mais contraditórios, pois o processo de reassentamento (quando ocorre) não acarreta necessariamente o retorno das atividades cotidianas, levando obrigatoriamente a um reordenamento territorial.

No período dos últimos governos militares (instalados a partir do golpe militar de 1964 e que perdurou até 1985) o Brasil passou por uma fase com maior destaque do setor da construção civil, principalmente em 1970, quando houve uma série de grandes obras que foram implantadas em todo o País. O processo de implantação da U.H.Binacional de Itaipu foi concluído rapidamente. O início das obras ocorreu um ano depois de aprovadas as negociações entre Brasil e Paraguai, não havendo tempo suficiente para preparar a infraestrutura da cidade de Foz do Iguaçu.

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu causou grande impacto ao crescimento populacional do município de Foz do Iguaçu, que aumentou em 300%, em um período de 10 anos (1970 a 1980) e no período de 1980 a 2007, o aumento foi de 188,46% devido à dinâmica do turismo de compras no Paraguai e ao turismo das Cataratas. (SIMÕES, 2013, p. 8).

Assim como outras usinas desse período, a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional também se tornou objeto de grandes críticas, pois seu projeto foi carregado de grandes lacunas errôneas. O município faz limite ao norte pela usina hidrelétrica de Itaipu, logo ao sul, pelo rio Iguaçu, que destaca a fronteira com a Argentina. Ao leste faz limite com os municípios Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e a oeste, pelo rio Paraná, que delimita a fronteira com o Paraguai.

FIGURA 2 - UH Itaipu, localização.



Fonte: Carneiro Filho, (2013).

Para a construção da U.H. de Itaipu Binacional muitas propriedades agrícolas e áreas de mata dos dois lados da fronteira foram desapropriados. Ribeiro aponta a estratégia de desapropriação:

A primeira desapropriação que ocorreu foi em Sede Alvorada do Iguaçu. Em primeiro lugar desapropriaram, na sede do distrito, as casas comerciais, os postos de combustíveis, as farmácias e, uma vez desapropriada com a infraestrutura, os agricultores, que permaneceram, tinham que percorrer mais de 70 quilômetros para comprar combustíveis e outros produtos que precisavam. Com isso, suas propriedades desvalorizavam. (RIBEIRO, 2002, p. 23).

Na época, foram afetados vários municípios do Oeste do Estado do Paraná, com o comprometimento de parte de seus territórios administrativos para a formação do reservatório da usina. A tabela abaixo nos mostra o comparativo entre a área total dos municípios afetados, a área que foi comprometida com o alagamento e que está sendo apontado em percentual da área total do município. Percebemos que alguns municípios não obtiveram as suas áreas territoriais tão afetadas, como é o caso no município de Terra Roxa e Matelândia. Já outros municípios tiveram um quarto do seu território alagados, devastado pela CONSTRUÇÃO da Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional, como foi o caso de Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. Conforme tabela abaixo:

TABELA 2 - Área dos municípios afetados pela Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional.

<i>Municípios</i>	<i>Área Total (há)</i>	<i>Área Comprometida (há)</i>	<i>% - ha</i>
Guaíra	53.666	5.530	10,30
Terra Roxa	82.925	183	0,22
Mal. C. Rondon	141.010	25.075	17,78
Santa Helena	81.916	25.992	31,73
Matelândia	108.697	492	0,45
Medianeira	122.772	4.237	3,45
São Miguel do Iguaçu	122.188	26.253	21,49
Foz do Iguaçu	88.046	23.570	26,77
Total	801.220	111.332	13,90

Fonte: GERMANI, 2003, p. 52

A construção da U.H. de Itaipu Binacional começou em maio de 1975 e em outubro de 1982 sua barragem foi concluída e formado o reservatório. No entanto, começou de fato a sua operação comercial de produção de energia em

1984. Essa usina obrigou o deslocamento de diversas famílias da área rural e também que habitavam pequenos distritos urbanos.

Centros urbanos também foram seriamente afetados. Alguns simplesmente desapareceram, como Alvorada do Iguaçu, próspero distrito de Foz do Iguaçu com cerca de 5.000 habitantes, e Itacorá, distrito de São Miguel do Iguaçu com cerca de 10.000 habitantes. (MAZAROLLO, 2003, p. 33).

Milhares de pessoas perderam suas terras devido ao alagamento que a construção na UHE Itaipu ocasionou, além do impacto ambiental, como em Guaíra, como desaparecimento das Sete Quedas.

A implantação de usinas hidrelétricas reflete o processo tecnológico e a complexidade deste campo, pois se constitui em uma infraestrutura de grande porte que pode mobilizar grande quantidade de capital e investimentos, normalmente voltada para a prestação de serviços as grandes empresas e coligadas.

O fechamento das comportas do canal de desvio, para a formação do reservatório da usina (H. de Itaipu), dá início à operação Mymba Kuera (que em tupi-guarani quer dizer “pegabicho”). A operação salva a vida de 36.450 animais que viviam na área a ser inundada pelo lago. Devido às chuvas fortes e enchentes da época, as correntezas do Rio Paraná levaram 14 dias para encher o reservatório. A lâmina de água soma 135 mil de pessoas atingidas. (ITAIPU, 2015).

A implantação das usinas hidrelétricas apresentam significativas mudanças de ordem social e ambiental de suas áreas de instalação em nosso país e no mundo. Segundo Sevá Filho as grandes obras: “são campos de ação dos interesses de classes e de grupos sociais” (SAVÁ FILHO, 2004. p. 9). Isto é, ocasiona oportunidades de lucro, controversas e o exercício do poder sem pensar nas territorialidades, e seus desdobramentos. Na construção de conceitos de territorialidades, podemos perceber uma urgência de ressignificação dos conceitos quando se diz respeito em relação às mega – construções de usinas hidrelétricas. Outros conceitos também surgem e importam quando se trata desta temática como: espaço, território, poder, local etc. estão relacionados em alguns aspectos apenas de forma contingente - em

outros casos, aparece diretamente e não pode reduzir, simplificar ou separar porque eles estão conectados por teorias complexas e conflituosas.

1.2 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIAL.

Para a priori deste subcapítulo precisamos refletir sobre o conceito de Justiça Social. Harvey (1980) transcreve os princípios de justiça social aplicáveis às situações geográficas resumidos da seguinte forma.

1. A organização espacial e o padrão de investimento regional deveriam ser tais que satisfizessem as necessidades da população. Isto requer que primeiro estabeleçamos métodos socialmente justos para determinar e medir necessidades. A diferença entre necessidades e alocações atuais provê-nos de uma avaliação inicial do grau de injustiça territorial num sistema existente.
2. Uma organização espacial e um padrão de alocação de recurso territorial que provê benefícios extras na forma de satisfação de necessidades (primariamente) e resultado agregado (secundariamente) em outros territórios, através de efeitos de sobreoferta, efeitos multiplicadores e similares, é uma forma “melhor” de organização espacial e alocação.
3. Desvios no padrão de investimento territorial podem ser tolerados se estão destinados a superar dificuldades específicas do meio, que poderiam de outro modo prejudicar a evolução de um sistema que encontraria necessidade de contribuir para o bem comum. (HARVEY, 1980, p.91)

Esses princípios citados pelo autor fornecem uma teoria de fato normativa da organização espacial, com base na justiça da distribuição geográfica, é recomendável continuarmos a entender a distribuição justa no sistema espacial para esses assuntos dos conflitos socioambientais. Para Harvey (1980) em seu livro que levou o nome de “Justiça Social e a Cidade” enfatiza a importância do espaço para a sociedade.

Harvey (1996), em outra obra nos reporta a um conceito de Justiça sendo um termo amplo com muitas definições, sendo assim, muitas vezes tais definições competem entre si, e são muito diferentes. O termo geralmente está associado à aplicação e elaboração de leis como uma instituição.

A dificuldade de trabalhar com o conceito de justiça se deve ao fato da variedade de ideias e de interpretações filosóficas colocadas sobre o termo através a longa história ocidental que se é pensado sobre o tema. Existe múltiplas competitivas teorias de justiça social e, cada uma delas, têm suas fraquezas e pontos fortes. (HARVEY, 1996, p.342).

O autor nos lembra de que o conceito de justiça depende do período histórico, ou seja, é um elemento contextualizado pelo tempo, mas também depende principalmente das pessoas envolvidas. Para o autor, a cidade é algo complicado, qualquer tentativa de entender a cidade deve remeter de alguma forma aos processos sociais e espaciais que a afetam, o que também se traduz no direito a conceptualização do espaço através da prática humana relacionada com os espaços sociais. Em relação ao termo de justiça social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ¹ nos remete a um conceito de definição da justiça social como o meio pelo qual cada trabalhador pode reivindicar livremente, em igualdade de oportunidades, uma parte justa da riqueza que ajudam a criar. Assim, o conceito engloba ações que promovam a justiça e valorizem a igualdade material em uma sociedade composta pelos mais diversos tipos de pessoas.

Dentre outros aspectos, podemos também refletir a justiça espacial, que na geografia entendemos como o processo de reprodução do espaço geográfico. O espaço geográfico é ocupado por condições capitalistas que produzem necessidades humanas, apresentando um padrão hegemônico. Para Harvey o geoespacial capitalista é visto como atributo central da reprodução da vida cujo processo de produção é repleto de desigualdades inerentes.

Sobre a análise da justiça social ligada ao urbano, Harvey (2012) afirma que:

A reprodução do capital passa pelos processos de urbanização em inúmeras formas. Mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade do poder da classe capitalistas em dominar o processo urbano. Isto implica a dominação da classe capitalista não só sobre aparatos estatais, mas também sobre populações inteiras - seu estilo de vida, bem como sua força de trabalho, o seu valor cultural e política, bem como suas concepções mentais do mundo. (HARVEY, 2012, p.65)

¹ Fonte: <https://www.tst.jus.br/justica-social> - A OIT é uma agência multilateral das Nações Unidas que trata exclusivamente de questões trabalhistas, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de normas internacionais.

A Geografia, como uma ciência social, acolhe a análise e a reivindicação pela justiça social como uma dimensão importante nos estudos e apoio de ações efetivas junto à populações vulneráveis.

Entre as iniciativas de mobilização social, destacamos o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que se forma a partir de lutas locais como reação à imposição das políticas de expansão do setor produtor de energia que afetam a vida e o cotidiano de muitas famílias.

A construção de usinas hidrelétricas desabriga moradores de áreas destinadas para a obra e, principalmente, em razão dos grandes reservatórios, e isso se dá de forma compulsória e, no caso de grandes usinas hidrelétricas, em grande escala de abrangência. O MAB é um movimento de viés nacional, que tem como pressuposto o protagonismo coletivo. Procura amparar e reivindicar o aperfeiçoamento da legislação em favor dos atingidos, sem realizar distinção deles, tendo como objetivo: “organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos).”²

Esse movimento opera em defesa aos interesses e aspectos da população atingida pelas usinas hidrelétricas e vendas de energias em nosso país, devemos ressaltar que os valores do MAB apoiam a solidariedade entre a população em respeito à vida.

No entanto, como começa a história deste movimento? Em 1987 houve a primeira reunião nacional dos atingidos por barragens para levantar discussões contra as injustiças ocasionadas pelas empresas e governantes em construção das usinas hidrelétricas. Com a desapropriação e os problemas decorrentes de grande número de famílias que foram afetadas, tanto por grandes projetos de desenvolvimento, como pela situação injusta da questão agrária brasileira, a Igreja tomou uma posição em relação a estas famílias, criando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que se tornou uma das importantes aliadas nas causas sociais dessas famílias. Determinados setores progressistas da Igreja (Católica e Luterana) procuravam prestar apoio a estas famílias no caso específico da construção da Itaipu.

² Objetivo disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>

A primeira mobilização coletiva dos expropriados **[da U.H. Binacional de Itaipu]** ocorreu, em 16 de outubro de 1978, em Santa Helena, no oeste paranaense, quando os expropriados se reuniram para discutir sobre os problemas que estavam enfrentando em relação às indenizações e encontrar soluções. Foi elaborado um documento para ser entregue ao presidente da república, em sua visita a Foz do Iguaçu, para inaugurar o canal de desvio do rio Paraná. Uma segunda reunião coletiva foi convocada novamente para Santa Helena, em abril de 1979, onde foi elaborado um documento para ser entregue aos dirigentes da Itaipu. Em julho de 1980, como a empresa não atendeu as solicitações dos expropriados, principalmente melhores preços para as propriedades, estes decidiram acampar em frente aos escritórios da Itaipu Binacional em Santa Helena para pressionar os dirigentes a solucionar as questões pendentes entre atingidos e Itaipu. (SCHMITT, 2008, p.16).

No âmbito do Paraná tivemos uma organização do Movimento Justiça e Terra (MJT), em Santa Helena que foi o movimento criado a partir das mobilizações de alguns agricultores que buscavam serem ressarcidos, ou seja, receber indenizações justas por suas terras.

Sob essas condições, privados de direitos mínimos institucionalizados e politicamente subalternos, as sublevações episódicas e dispersas desses grupos tornavam-se praticamente a sua defesa única e eficaz; ou, ao menos, em tais situações, eles eram levados a acreditar que assim o fosse. (PAMPLONA, 1996, p.220).

Segundo o MAB, esse foi o primeiro movimento organizado registrado no estado paranaense. No entanto, antes, houve lutas em outros estados como São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul. Por meio destes manifestos e condutas, foi criada a ideia do encontro em Chapecó, Santa Catarina, em 1987.³

De forma datada, em 1989, temos a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, iniciativa do CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens. Nesse encontro “foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de

³ Este é um dos primeiros manifestos que foi documentado. Além disso, havia registros de lutas em outros estados na época, como: São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, e outros com focos em todo o país. A partir da troca de experiências, surgiu a ideia de realizar o primeiro encontro nacional de atingidos por barragens. A decisão foi tomada em conferência em Chapecó, Santa Catarina, em 1987. MAB. Disponível em: <https://mab.org.br/linha-do-tempo/#>

construção de grandes barragens” (MAB, 2013). Este encontro foi realizado em Brasília em março de 1989, quando representantes de todo o país decidiram constituir o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, como um movimento nacional, popular e autônomo, cuja tarefa é organizar e articular ações contra as barragens de acordo com as realidades locais.

Mas, mesmo antes da formalização do MAB, os atingidos por barragens têm uma longa história de luta contra as injustiças que empresas e governos cometeram na construção desses projetos. No início, eram protestos isolados e mal organizados. Mesmo assim, houve grandes manifestações, como o caso da construção de Itaipu no rio Paraná, onde grupos atingidos ganharam força ainda durante a ditadura militar no Brasil. Agricultores atingidos pela construção organizaram acampamento de resistência em frente ao escritório da empresa, com mobilizações em Santa Helena e Foz do Iguaçu, exigindo negociações mais justas.

FIGURA 3 - I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Realizado em Brasília, março – 1989



Fonte: MAB, (1989)

A trajetória do MAB começa nos anos de 1970 com a consolidação do Movimento Nacional, segundo MAB (1970) tratava-se de um período político

extremamente adverso, pois era plena ditadura militar. Mesmo nessa conjuntura, houve a organização de setores sociais populares, em conjunto com setores políticos progressistas e intelectuais, e aumenta a pressão pela reabertura democrática no País.

Mesmo com pouco apoio político o MAB começa a lutar pela realização de estudos mais amplos sobre os impactos socioambientais, assim como uma legislação mais adequada. Nesse contexto temos a aprovação legal da exigência do EIA – Estudos de Impactos Ambientais e do RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Tendo como base esses documentos técnicos, em 1981 temos a implantação da Lei Federal nº 6.938/81 que cria a Política Nacional de Meio Ambiente, sendo esta regulamentada por meio do decreto nº 99,274/90. Em 1991 institui-se o MAB – Movimento de Atingidos por Barragens, sendo hoje o movimento principal de categoria popular brasileira de resistência às construções de barragens.

Desde sua formação, o MAB busca debater e pautar na forma da lei o conceito de “atingidos”. Há um conceito em disputa, para as grandes empreiteiras e seus representantes políticos junto à estrutura do Estado o termo de atingido torna-se mais restrito enquanto não tiver respaldo expresso na lei. Mas, um dos objetivos fundamentais do MAB é tornar este conceito mais amplo, como meio de luta para auxiliar as famílias e trazer reconhecimento legítimo aos atingidos.

Em alguns momentos o termo atingido encontra-se ligado a uma concepção hídrica, isto é, o atingido é entendido exclusivamente como aquele que teve suas terras inundadas, com o deslocamento compulsório. Para a Eletrosul⁴ aplicava-se o termo atingido apenas aqueles que foram afetados diretamente pela água no processo de formação do reservatório. Para Sigaud podemos notar que:

Para a Eletrosul atingido era uma noção que designava atingido pela água e cujos sujeitos eram água e população, esta por sua

⁴ Desde sua criação, em 1968, como empresa pública de geração e transmissão de energia e subsidiária da Eletrobras, a Eletrosul vem trabalhando para superar os desafios do setor elétrico e de transformação do país. Um exemplo disso é o processo de privatização, ocorrido em 1998, quando foi vendido todo o seu complexo de geração de energia. Em 2004, a Eletrosul foi licenciada para retornar à geração de energia e desde então vem se concentrando na expansão “sustentável” de seus negócios.

vez percebida como composta por proprietários. A partir desse entendimento a empresa reduzia seu problema à indenização de proprietários atingidos pela água e se propunha negociar com indivíduos proprietários (SIGAUD, 1989, p. 10).

Evidentemente, essa forma de concepção do conceito de atingido é interessante para a empresa, no momento de pagar as indenizações às famílias de agricultores, dentre outros agentes sociais que tiveram suas vidas e suas histórias modificadas pelas barragens. Quanto mais restrito o conceito de atingido, menos indenizações serão pagas pelas empresas.

No Brasil, a ação organizada dos atingidos pela barragem teve um processo preliminar na década de 1970 e foi inserida na lógica organizacional dos novos movimentos sociais que então emergiam. A Igreja Católica esteve com os atingidos, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), muito influenciada pela corrente da Igreja que ficou conhecida como Teologia da Libertação e se tornará uma das principais forças motrizes para o renascimento dos movimentos sociais no Brasil.

Em março de 1997, o MAB realizou sua primeira reunião internacional, com a Associação Internacional de Atingidos por Barragens (PR) em Curitiba. A Declaração de Curitiba foi redigida em 14 de março como data oficial da luta internacional contra as barragens. A década de 2000 foi caracterizada por uma grave crise no setor elétrico, principalmente por falta de investimento na região, isso levou ao fornecimento de energia elétrica do país. Após as eleições presidenciais de 2002. Segundo MAB (2016) o Setor Elétrico Brasileiro (SEB), responsável por administrar o setor no País, foi alvo de novas reformas, marcadas por uma participação de empresas privadas no setor.

Na atualidade, o MAB é definido como um movimento nacionalmente diferenciado, autônomo, de massa, militante, com características regionais, independentemente da cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou nível de escolaridade. É uma organização com participação coletiva e protagonista em todos os níveis. Tem como objetivo organizar os atingidos pela barragem - antes, durante ou após a construção do projeto. Sua organização é para defender os interesses dos afetados pelos sistemas de geração, distribuição e distribuição de energia. Segundo MAB (2016) a prática é pautada

por princípios e valores que encontram as melhores formas de persuasão na pedagogia exemplar e na solidariedade entre as pessoas.

O confronto dos atingidos que inicialmente se opuseram ao Estado – então o principal protagonista na construção de hidrelétricas -, hoje depois de muitos avanços e lutas, tornou-se com um grande enfrentamento ao capital de forma direta – em especial porque a partir das políticas neoliberais o Estado recua nesse processo e com as privatizações e concessões, empresas privadas cada vez mais estão à frente, apesar de não dever ser menosprezado o papel do Estado como indutor – via financiamento ou mesmo como agente direto na construção. Esse atual contexto apresenta maior dificuldade em identificar os agentes responsáveis pelas várias etapas – financiamento, planejamento, construção e operação desses projetos hidrelétricos, sendo este um problema, pois, em muitos casos, envolve um consórcio de empresas, não havendo um único agente responsável por todo o empreendimento.

O MAB tem sua formação com especificidades em diferentes regiões do país, e sua atuação no território brasileiro varia muito no tempo e no espaço, como pode se expandir devido à construção de novas barragens, ou pode diminuir devido à conclusão da construção das usinas hidrelétricas e/ou falta de continuidade na organização dos atingidos. Ao longo da história de suas lutas, as Organizações Atingidas e o próprio MAB tem diferentes entendimentos de políticas energéticas pautadas por diferentes matrizes discursivas e coexistirão com diferentes entendimentos de quem é afetado pela barragem.

As mudanças e a influência do neoliberalismo na economia e na política mundial, mais especificamente em termos de política energética, exigem a reorganização do MAB. Obter uma compreensão mais profunda do impacto dessas mudanças e delinear novos caminhos que o movimento criou e passou a fazer parte de sua agenda de discussão. A realidade atual é que o capital privado domina cada vez mais no setor elétrico, no qual estão em andamento discussões para a construção de centenas de novas usinas hidrelétricas por todo o Brasil. Além disso, com a judicialização as empresas privadas tentam frustrar a atuação do MAB com a comunidade. Outra dificuldade do Movimento é que, com o passar dos anos, com a realização da indenização e outras estratégias de dissuasão, a maioria dos atingidos abandona o Movimento, fragilizando-o na luta no longo prazo.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que teve como gênese o apoio de algumas Igrejas progressistas o sindicalismo, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1989, por lócus de mudanças na conjuntura nacional, tem modificado sua forma de ação. A atuação junto aos trabalhadores e em rede juntamente com outros movimentos sociais, é a forma que o MAB vem assumindo a cada ano que passa. Para o MAB (2021) segue com sua luta conjunta com os atingidos e suas organizações frente aos setores hidrelétricos. Ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, desta forma o MAB vem definindo e redefinindo sua política de ação, sempre como guia a busca de “compensação justa”.

2 CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DA U.H. BAIXO IGUAÇU

Neste capítulo, para fazer um resgate histórico do processo de implantação da U.H. Baixo Iguaçu, apresentamos uma caracterização ambiental e socioeconômica dos dois municípios mais diretamente afetados pela sua construção, no caso, Capanema e Capitão Leônidas Marques. Em seguida abordamos a primeira tentativa de construção de uma usina hidrelétrica no limite entre esses dois municípios, entre o final da década de 1970 e começo dos anos 1980. Por fim, apresentamos como foi o processo de implementação do projeto e da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e, em contrapartida, como se organizou o apoio do MAB aos atingidos.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA E CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES E A PRIMEIRA TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA NA DÉCADA DE 1980

O atual território do Município de Capanema já foi objeto de disputa acirrada entre os governos dos estados do Paraná e Santa Catarina, onde houve manifestações e lutas por terras. Segundo Pegoraro (2008), este conflito de fronteira entre os estados, ficou definido como “resultado de um conflito de terras que se desenrolava há vários anos entre posseiros, colonos, companhias grileiras e os governos federal e estadual” (PEGORARO, 2008, p.109).

Para Pocai Filho (2013) na região central do sudoeste do Paraná, na fronteira com a Argentina, houve também um conflito por fronteira que foi observada no Paraguai, e na Federação e no Estado de Santa Catarina até meados do século XX, mesmo que embora ocorreram em momentos distintos e envolvessem contextos distintos, os conflitos no Paraná giraram principalmente em torno da luta pela posse da terra, como a questão de Palmas ou Misiones (Ferrari, 2011), e na formação do Território de Iguaçu. O Mun. de Capanema teve sua emancipação a partir do Mun. de Clevelândia, sendo instalado definitivamente no ano de 1952, quando se deu a primeira eleição para o cargo de Prefeito em Capanema.

Houve diversas revoltas de camponeses motivadas pela posse de terras no município de Capanema, e vale ressaltar que este histórico conflito abrangeu todo o Sudoeste Paranaense. O modo pelo qual foi ocupada a região deu margem a inúmeros conflitos, pois, a ocupação das terras foi levada a efeito sem maiores preocupações com a legitimidade de sua posse e domínio. Segundo Pocai Filho(2013), as companhias de colonização lançaram-se a uma desenfreada venda de terras dando origem a superposições de 10 títulos com posse efetiva de posseiros, gerando os intensos conflitos que tiveram seu ápice em 1957, com a revolta geral no Sudoeste Paranaense.

Ao analisar a comunidade que ocupava essa parte do Paraná na primeira metade do séc. XX, Pocai Filho aponta que:

Era importante para esses moradores que a justiça fosse aplicada instantaneamente e em favor da comunidade e não apenas do indivíduo, ou seja, qualquer atitude desrespeitosa não ofendia apenas o sujeito desrespeitado, mas também toda a comunidade presente. Essa manifestação coletiva pode ser considerada uma das qualidades da consciência de comunidade que impulsionava o “ser posseiro”, ou melhor dizendo, a sua consciência de classe (POCAI FILHO, 2013, p.113).

Pocai Filho (2013) destaca que esse tipo de "posseiro" mostra uma característica do levante, ou seja, a necessidade de manter a ordem da comunidade significa defender a classe trabalhadora ao mesmo tempo. Em outras palavras, o levante não foi apenas pela luta pela terra, mas também pela luta coletiva.

No contexto mais recente, a economia do Mun. de Capanema continua baseada principalmente na agricultura. Mais de 50% da receita gerada no município vem da agricultura. As atividades agrícolas em Capanema são bem desenvolvidas com destaque para a produção de soja e milho, outra atividade importante para a economia do município é a pecuária, seguida pela produção leiteira, avicultura - produção, industrialização e exportação – e também a criação de porcos e apicultura.

Assim como muitos outros municípios do estado do Paraná, Capanema e Capitão Leônidas Marques possuem uma hidrografia muito rica, contendo ramificações. O município de Capanema possui extensa rede de drenagem que

converge principalmente para o norte, formando afluentes em direção ao Rio Iguaçu.

Por sua vez, a área onde está localizado o município de Capitão Leônidas Marques é basicamente uma colônia de famílias do sul. No final da década de 1940, o governo incentivou a colonização por meio de empresas imobiliárias, o que intensificou o fluxo de imigração na área e criou assentamentos. De acordo com a Lei Estadual nº 4.8595, de 28 de abril de 1964, Capitão Leônidas Marques foi promovido a município, sem passar pela etapa regional, desmembrando-se de Cascavel. A instalação oficial ocorreu em 14 de dezembro de 1964.⁶ A Lei nº 8623 de 09 de dezembro de 1987 cria a comarca de Leônidas Marques e a portaria nº 1539 de 02 de agosto de 1988 a instala.

As origens remontam a um projeto colonial denominado Gleba Andrada. O primeiro nome era Aparecida d'Oeste, e em 1964, com a emancipação política e administrativa, a denominação passa para Capitão Leônidas Marques.

Capitão Leônidas Marques e Capanema, são municípios relativamente próximos tendo a distância de 49 km, e histórias de crescimento similares, e os moradores às margens do rio Iguaçu de ambos os municípios foram afetados pela construção da Usina hidrelétrica Baixo Iguaçu e em razão das condições estratégicas para o setor hidroenergético foram objeto de interesse desde a segunda metade do séc. XX.

Neste contexto, a primeira tentativa de implantação de uma grande usina hidrelétrica no município de Capanema ocorreu na década de 1980, e que motivou grande resistência de organizações e movimentos da época que conseguiram impedir a sua execução. A primeira ideia de construção de uma hidrelétrica no Rio Iguaçu, nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu, foi nos meados dos anos 1980.

A então chamada Usina de Capanema estava prevista no Plano Nacional de Energia (PNE) 1987/2010, com a capacidade de gerar 1,2 mil megawatts, inundando uma área de 80 quilômetros quadrados (MME; ELETROBRÁS, 1987; JASPER, 2012) e comprometendo parte do Parque Nacional do Iguaçu. Segundo MME (1987), o primeiro Plano Decenal de Expansão (PDE), concluído

⁵ Fonte - <https://www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br/>

⁶ Fonte - <https://www.tjpr.jus.br> >

em 1989, abrangeu o período de 1990 a 1999, mostrou um quadro macroeconômico diferente do previsto no PNE, sugerindo um crescimento inferior e fazendo com que quarenta empreendimentos programados no PNE 1987/2010 fossem retirados do Plano Decenal.

Somado a essa situação de conjuntura da economia nacional, houve uma ampla manifestação regional, contrária à usina, que contribuiu para a suspensão da sua implantação.

A decisão foi tomada depois de intensa mobilização de lideranças do setor agrícola, de entidades preservacionistas, comerciais e industriais e de milhares de agricultores que saíram às ruas da cidade de Capanema, há pouco mais de um mês, numa contundente manifestação de protesto pelos graves problemas que seriam gerados com o alagamento de terras hoje ocupadas por milhares de minifúndios (NOSSO TEMPO, 1984, p. 14).

Em 1979, as primeiras notícias sobre o projeto da barragem surgiram em Capanema, empresas que exploravam portos de areia foram informadas que não teriam mais concessões para a retirada da areia do Rio Iguaçu por conta da previsão da construção de uma usina hidrelétrica. A iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi pedir que as comunidades potencialmente afetadas realizassem reuniões para pautar aspectos dessa construção. Conforme Lima (2005) em 1980, dessa iniciativa resultou a solicitação de informações às autoridades responsáveis pela obra que emitiram documento que informava que a altura da barragem seria de 58 metros e o reservatório inundaria 8.050 hectares de terra férteis em cinco municípios.

Segundo MAB (2016), com a execução dessa obra, o Parque Nacional do Iguaçu, uma das poucas florestas naturais do estado do Paraná, perderia mais de 1.000 hectares que ficariam submersos. A construção da barragem ficaria a cargo da empresa ELETROSUL, que inclusive na época já era reconhecida por não construir projeto de reassentamento em outros casos de UHE.

Em 1984, dois engenheiros da ELETROSUL foram a Capanema para informar oficialmente que a construção iria começar. Todavia uma comissão composta por lideranças políticas, sindicais e de Igrejas, liderados pelos atingidos, passa a se organizar para resistir ao projeto. Após a organização de uma reunião houve a passeata pelas ruas de Capanema que ganhou o apoio da

população da cidade e deu visibilidade ao movimento. No dia 23 de outubro de 1984, na presença de 200 pessoas, o sr. Artur Andreoli, diretor da ELETROSUL, foi severamente questionado pela construção e foi assinado um termo de compromisso da ELETROSUL para suspender a construção da barragem por 15 anos e submeter ao governo as reivindicações das pessoas atingidas (ESTA BARRAGEM, 1984, p. 9).

Partindo das reivindicações criadas por comissões organizadas pela CRAB e seus integrantes, conseguiu-se naquele momento estagnar a construção da usina hidrelétrica prevista para ser instalada no município de Capanema. É importante destacar que o Brasil se encontrava em uma conjuntura ditatorial, e mesmo assim, houve uma grande manifestação pelas principais ruas de Capanema que segundo o CRAB contou com “a participação de 8000 pessoas, que ocuparam a avenida principal. A passeata assustou o governo e a imprensa foi proibida de divulgar o fato” (CRAB, 1984, p.8).

FIGURA 4 - Movimento dos Atingidos pela UHE Capanema (1984)



Fonte: Cooperativa Agroindustrial (COAGRO, 1984)

As mobilizações contrárias à construção da usina ganharam visibilidade de forma regional e conseguiram a adesão e apoio de alguns políticos paranaenses. Após as manifestações:

[...] o movimento ganhou mais força, recebendo o apoio do governador [do Paraná] José Richa, de deputados, senadores e muitas entidades. A ELETROSUL ainda tentou “ganhar” as lideranças, mas não teve sucesso. A comissão disse que só aceitava conversar na frente da comunidade. Para completar, numa reunião com a Associação Comercial, ficou decidido que ninguém alugaria sala ou prédio para a ELETROSUL montar seu escritório (CRAB, 1984, p. 8).

Como consequência, em 1984, Artur Andreoli, que fazia parte da direção da ELETROSUL, assinou um documento pelo qual a ELETROSUL se comprometia a suspender a construção da barragem por 15 anos. (ESTA BARRAGEM, 1984, p. 9). Essa suspensão foi uma vitória para a população que seria atingida na época e toda essa pressão em massa foi de fundamental importância para a postergação do projeto.

Desde o começo da luta dos atingidos, a pauta era pela tentativa de impedir a perda de seu território. Segundo Haesbaert, à semelhança do território, o debate em torno do conceito de territorialidade também envolve muitos aspectos, partindo de um conceito mais amplo do que o conceito de território.

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Muitos autores debatem sobre as temáticas e os desdobramentos do território. Retomando o autor Raffestin, a territorialidade não é apenas uma simples relação homem-terra, ele acredita que, além da divisão dos lotes individuais, existem relações sociais entre as pessoas. O autor Raffestin acredita que a territorialidade deve ser entendida como vida social multidimensional e inerente.

[...] de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Desta forma, a territorialidade será “um conjunto de relações que se originaram do sistema triádico sociedade-espço-tempo em processo de conquista da maior autonomia possível compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993. p. 160), tendo em conta as mudanças dinâmicas dos fatores envolvidos na relação.

Assim, podemos reconhecer a importância da escala na análise da territorialidade. Segundo Saquet (2008) pode-se ter uma visão mais ampla em relação a este desdobramento como:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88).

Interessante ressaltar que o autor aponta uma visão mais subjetiva de territorialidade, partindo de uma relação social das vivências do cotidiano de cada um. Desta forma, temos que pensar que o conceito de territorialidade está relacionado ao conceito de identidade, pois o território tem como premissa a expressão da identidade de cada sujeito social. A territorialidade, para Cara é "a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que-lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida" (CARA, 2002, p. 260).

Deste modo, questões relacionadas com o impacto, especialmente os processos de (des) territorialização e (re) territorialização, podem apresentar semelhanças. Segundo Raffestin (1993), que também abre uma discussão sobre a territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade, assim, valorizando a importância do território em si, o autor mostra que são processos interligados que se modificam em função das interações e relações de poder. Neste sentido, Haesbaert (2007) nos mostra que a desterritorialidade significa destruição simbólica, destruição de símbolos dos marcos históricos, identidades e materiais específicos, políticos e/ou econômicos para destruir povos, locais e fronteiras econômicas e políticas interativas.

Para Fernandes (2005) alguns movimentos transformaram os territórios ao longo do tempo, sendo assim, nos mostra que:

Alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (FERNANDRES, 2005, p. 30).

Isto é, podemos destacar que a desterritorialidade, como consequência do território que modifica o espaço não conquistado, construindo novas territorialidades fazendo assim emergir novas concepções do processo de domínio do território.

Portanto, cabe afirmar que a desterritorialidade em sua grande maioria é um movimento de abandono/expulsão territorial, ou seja, as pessoas perdem o contato com o território e, sobretudo, o contato afetivo com suas terras. Podemos citar aqui como exemplos as pessoas que perderam seu território e moradias pela construção da usina, como é o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte e de Itaipu. Neste sentido, esses atingidos passam por um movimento de desterritorialidade, por ter perdido suas terras para construções das grandes usinas.

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, **é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial.** [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de "exclusão", ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67, **grifo nosso**).

A desterritorialidade rompe a forma geral do sistema de símbolos por meio de significados e valores, que se estabelecem por meio de práticas sociais

e culturais e, por sua vez, são responsáveis pela construção social do lugar. As disputas que as empreiteiras criam ao redor das construções desses projetos, tais disputas em prol das coligações e competições dentre os interesses diversos, assim nos leva a indagar a presentes questões como: Quem contratará os serviços? Quem será empregado? Quais as cotas de (altitude) e locais atingidos? Como serão as indenizações, preços e o licenciamento? Essas e outras perguntas nem sempre são passíveis de respostas coerentes e justas para a população atingida.

As empreiteiras e indústrias não visualizam os problemas ambientais como decorrente das implantações de projetos hidrelétricos, a única visão destes são os lucros que tais construções poderão trazer. As empresas e o Estado adotam uma perspectiva territorial – patrimonialista, que ao longo da construção entende a população atingida como um obstáculo a ser removido (desterritorializado) para viabilizar o empreendimento. Para Sigaud (1986) a população atingida é tratada por essas empresas como um mero objeto, sendo assim, “a população aparece como um problema, um obstáculo a ser removido para ‘liberar a área’” (SIGAUD, 1986, p. 107).

Ao retratarmos o conceito de atingido, é necessário compreender que o reconhecimento deste se faz necessário, pois parte de uma legitimação, reconhecimento da população atingida e busca de direitos, para que em um dado momento haja com vigor o exercício de seus direitos. Como salienta Vainer (2008) para:

estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo, e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. (VAINER, 2008, p. 40).

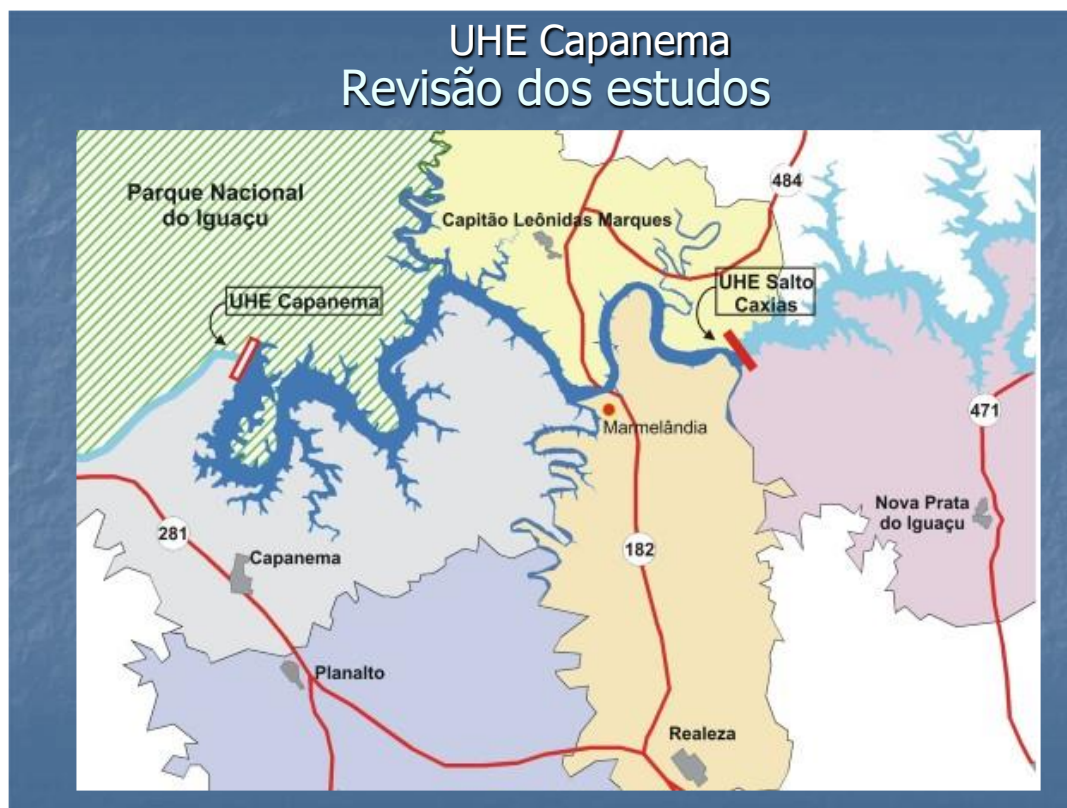
Ainda segundo Vainer (2008) “a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores”. (VAINER, 2008, p. 37). Para os diretamente afetados, os danos ao meio ambiente e a insegurança social são mais evidentes, pois as ações do governo e dos entes econômicos se realizam em diferentes níveis escalares e se sobrepõem às organizações locais.

Passados vinte e sete anos desde a assinatura do termo de compromisso pelo representante da Eletrosul suspendendo a construção da usina naquela parte do Rio Iguaçu, em 2011, já em uma nova conjuntura econômica e política no País, assim como a entrada de novos agentes ligados ao capital energético, é retomada a iniciativa de construção de uma usina hidrelétrica na região para aproveitar o último potencial hidroenergético do Rio Iguaçu antes do mesmo desaguar no Rio Paraná. Sobre o recuo da primeira tentativa de implementação de uma usina hidrelétrica no rio Iguaçu, nas proximidades de Capanema, entre as décadas de setenta e oitenta torna-se importante destacar duas reflexões.

A primeira é o entendimento que a manifestação contrária à construção da UHE de Capanema (como estava prevista para ser denominada) por parte da comunidade local foi importante para esse recuo por parte do Estado. Mas não se deve subestimar que na década de 1980 o País passava por uma grave crise econômica que afetava os investimentos por parte do Estado o que influenciou na revisão de vários grandes projetos de investimento naquele contexto histórico.

Outra reflexão é que para a retomada da proposta de implementação de uma usina em Capanema foram necessárias várias concessões que implicaram na modificação do projeto original, como pode ser acompanhado pelas figuras nº 05 e nº 06.

FIGURA 5 - Proposta para a localização da UHE de Capanema – anos de 1980



Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. Curitiba, 2008

Isto é, passado vários anos depois da elaboração do estudo de viabilidade, e com a consolidação da legislação ambiental e o aprimoramento das pesquisas sociais e ambientais, além de varias mudança de postura da sociedade e os atingidos frente a implantação de aproveitamentos hidrelétricos, não foi possível a implantação da UHE Capanema no local onde era previsto. Sendo assim, foi conclusivo o fato da usina alagar aproximadamente 1% do Parque Nacional do Iguaçu, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica no interior do Estado (SOCIEDADE DA ÁGUA, 2008).

. No Rio Iguaçu, existem atualmente cinco projetos de cascata a implantação e operação: Foz do Areia, Segredo, Salto Santiago, Salto Osório. Esses estudos avaliaram os impactos econômicos, técnicos e ambientais da movimentação do eixo da UHE Capanema para um local mais viável, ao invés de intervir no restante da cascata que já era totalmente aproveitada a montante. (SOCIEDADE DA AGUA, 2008).

FIGURA 6 - Comparativo entre impactos das UHE de Capanema e da UHE Baixo Iguaçu.

Revisão dos estudos		
Características	UHE Capanema	UHE Baixo Iguaçu
Área inundada	80 km ²	13 km ²
Estimativa de população atingida	950 famílias	359 famílias
Área inundada do Parque Nacional do Iguaçu	17 km ²	zero
Potência nominal	1.200 MW	350 MW

Perda de potência instalada de 850 MW

➡

Ganhos socioambientais:
 área inundada: redução de 80%
 famílias afetadas: redução de 60%
 Parque: sem inundação

Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. Curitiba, 2008

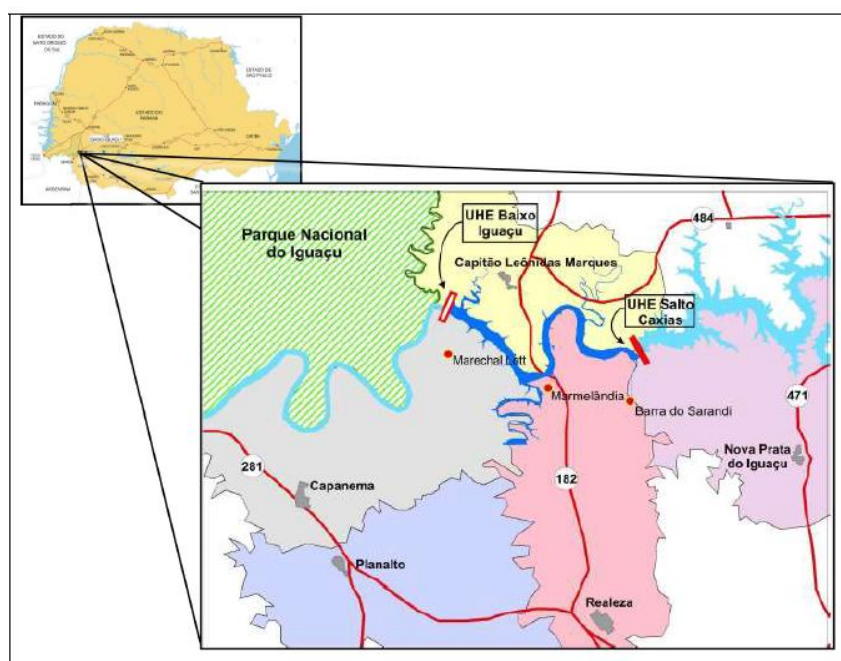
Como uma obra na forma original seria muito mais impactante – inclusive atingido um das áreas protegidas mais importantes do País e que recebe grande número de visitantes por conta das Cataratas, por isso teria muito visibilidade e resistência. De qualquer forma poderia ter ocorrido já que o contexto era de Ditadura Militar. Já no período democrático essa proposta se mostra inviável, e mesmo com a perda de potência ainda se apresenta.

No EIA da UHE Baixo Iguaçu constou a necessidade de reterritorialidade de 350 famílias, uma vez que estão na área prevista para ser alagada, ou seja, na futura área de preservação permanente do reservatório (SOCIEDADE DA ÁGUA, 2008). Depois da elaboração do PBA, foi levantado famílias atingidas, o número foi atualizado para 359 famílias (GERAÇÃO CÉU AZUL, 2013). Segundo as revisões de estudo, de acordo com a imagem nº 06, vemos que houve perda de potência instalada de 850 MW, mas em contrapartida obtiveram ganhos socioambientais, como área inundada e redução de 80% famílias afetadas.

2.2 A IMPLANTAÇÃO DA U.H. BAIXO IGUAÇU E O PAPEL DO MAB NO APOIO AOS ATINGIDOS – década de 2010

A Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu localiza-se no rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e o Capitão Leônidas Marques. O município de Capanema possui divisa com os municípios de Planalto, Matelândia, Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu, Capitão Leônidas Marques, Comandante Andresito, no Sudoeste Paranaense, e ao norte, tendo como limite o Rio Iguaçu, tem como divisa o Parque Nacional do Iguaçu e o Mun. de Capitão L. Marques. Sua localização está sob as coordenadas geográficas de 25°30'12 de latitude Sul e 53°40'18 de longitude Oeste, como dito acima no trecho entre os municípios de Capanema e Capitão, estando na margem direito do rio Iguaçu.

FIGURA 7 - Localização dos Municípios afetados pela UHE Baixo Iguaçu.

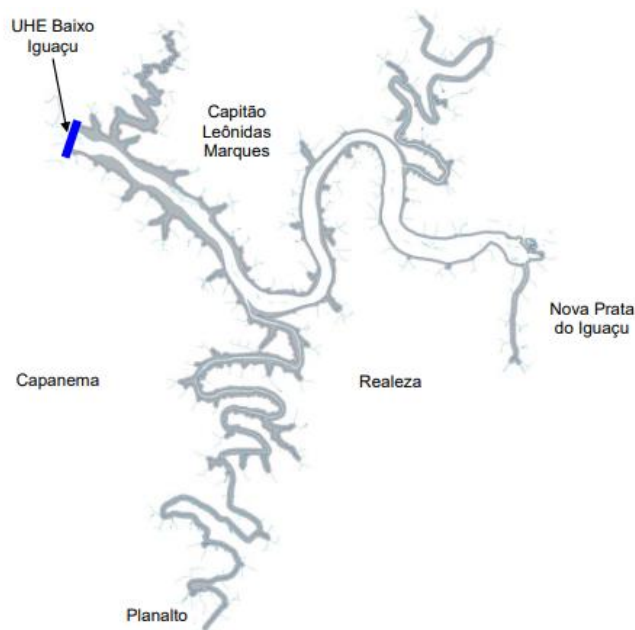


Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. UHE Baixo Iguaçu Relatório de Impacto Ambiental - Curitiba, abril de 2008.

No entanto, em 2013, novas mudanças físicas se iniciaram ao longo do Rio Iguaçu com a construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, que era à época o último reservatório a explorar o potencial hidrelétrico do Rio Paraná. O

reservatório construído em 2013 afetou os espaços rurais de vários municípios como: Realeza, Planalto e Nova Prata do Iguaçu, uma área equivalente a 13,59 km².

FIGURA 8 - UHE Baixo Iguaçu – Área de influência direta - reservatório e faixa de proteção



Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. UHE Baixo Iguaçu Relatório de Impacto Ambiental - Curitiba, abril de 2008.

Segundo o IAP (2012) com o seu parecer técnico ⁷ considerou que o total de pessoas afetadas com a construção desta UHE Baixo Iguaçu seria em torno de 30 habitantes na área urbana – referente a Marmelândia, além de 1292 habitantes da área rural. Sendo assim na época da construção o diretor do CEBI - Consorcio Empreendedor Baixo Iguaçu (Sr. José Anchieta) (*apud* KESSLER, 2017) em seu levantamento de 2017 apontou que seriam atingidas “600 propriedades rurais, sendo estas 200 delas de arrendatários”. Em seus estudos do mesmo ano o MAB trouxe a tona um levantamento amplo na época que levava o seguinte monte, afirmando a tal notícia:

⁷ IAP/PNI-ICMBio nº001/2008, de julho de 2008.

afirma que serão aproximadamente 1025 famílias atingidas pelo empreendimento, totalizando cerca de 3 mil pessoas e ainda relata de maneira crítica que o número de atingidos ser sempre inferior à realidade é um fato recorrente nas barragens, uma tática. Há de se entender que em uma propriedade pode existir mais de uma residência, por isso o número de atingidos é bem mais alto do que o número de propriedades. (MENDES, 2018, p. 148).

Assim o MAB trouxe uma realidade maior em relação aos números de atingidos e dados que foram extremamente contraditórios realizados pelo próprio presidente de CEBI, assim trazendo uma nova ótica para o argumento de atingidos. Pois, no IAP/PNI-ICMBio nº001/2008, de julho de 2008, tratou-se apenas do número de família e não o numero exato da população atingida de fato pelo projeto hidrelétrico.

A implantação da UHE Baixo Iguaçu teve com base de infraestrutura técnica os seguintes dados de previstos:

Barragem de terra, no leito do rio Iguaçu e sobre a margem direita, permitindo a formação do reservatório de água;
Circuito de adução e geração (canal de adução, conjuntos tomada d'água/casa de força e suas turbinas e canal de fuga), junto à margem esquerda;
Vertedouro, posicionado no leito do rio, entre a barragem e o canal de adução;
Canteiro de obras que vai funcionar durante a construção;
Lago, também chamado de reservatório, que irá se formar após a construção da barragem. É esta água acumulada que moverá as turbinas para gerar a energia (GERAÇÃO CÉU AZUL, 2013, p. 1).⁸

Conforme o Plano Básico Ambiental do projeto (GERAÇÃO CÉU AZUL, 2013, p.2-3) o vertedouro da UHE Baixo Iguaçu teria a extensão de 480 metros, definida como uma estrutura de concreto no leito do rio, próximo à margem esquerda, equipado com 20 portões para permitir enchentes e os que não passam Turbina. A barragem hidrelétrica tem 516 metros de comprimento e 22 metros de altura.

⁸ Plano Básico Ambiental do Projeto Hidrelétrico (GERAÇÃO CÉU AZUL, 2013).

A Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE) é uma obra do Consórcio Empresarial Baixo Iguaçu, formado pelo Grupo Neoenergia e a Copel⁹. A usina está localizada no rio Iguaçu, no Paraná, entre Capanema e Capitão Leônidas Marques. Segundo MAB (2016) a expansão de seu reservatório abrange também as cidades de Planalto, Realeza e Nova Prata do Iguaçu. A UHE Baixo Iguaçu tem capacidade instalada de 350 MW e 136 torres de transmissão e, a partir de 2019, em sua plena operação, fornecendo energia limpa para 1 milhão de pessoas. Conforme Baixo Iguaçu (2016) além disso, também gera mais de 4.000.000 de reais de taxa de uso da água a cada ano, que serão usados pelo município do projeto de instalação.

A Neoenergia conquistou a concessão para construção e operação da UHE Baixo Iguaçu no 7º Leilão de Energia Nova A-5, organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A usina foi adquirida pela Neoenergia ao preço de R\$ 99,00 o MWh. Portanto, a Neoenergia detém 90% do empreendimento (NEOENERGIA, s / d).

Conforme consta na Figura abaixo, entre os investimentos previstos no PAC¹⁰ para a geração de energia, no Estado do Paraná, estava prevista a construção da UHE Baixo Iguaçu.

⁹ A Copel - Companhia Paranaense de Energia é uma empresa pública de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Estado do Paraná, sendo, portanto, uma empresa estatal de economia mista.

¹⁰ Conforme apresentação oficial fornecida pelo governo, o **PAC** – O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado no início de 2007, conforme Decreto n. 6.025/2007, como um Programa de Governo destinado a incrementar o planejamento de longo prazo, em uma parceria inédita entre o governo, empresas estatais e iniciativa privada. O PAC selecionou diversas ações de investimento, das quais se espera um elevado grau de influência na modernização e ampliação da infraestrutura do país (rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica) e melhoria na qualidade de vida do cidadão (saneamento, saúde e educação). Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/despesas-do-pac>

FIGURA 9 - Empreendimentos Hidrelétricos (UHEs) previstos no PAC, com menção a UHE Baixo Iguaçu.



Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. UHE Baixo Iguaçu Estudo de Impacto Ambiental - EIA Capítulo VI – Planos e programas co-localizados e legislação ambiental Curitiba, abril de 2008

Essa usina representa a sexta barragem construída no Rio Iguaçu, e a última que pode ser construída antes da foz deste rio no rio Paraná. Seu reservatório de 35,36 quilômetros quadrados afeta as áreas de Capanema, Realeza, Nova Prata do Iguaçu, Planalto e Capitão Leônidas Marques. O controle está a cargo do consórcio Geração Céu Azul constituído pela Neoenergia (formado pelo Fundo de Pensão Previ, Banco do Brasil e principalmente a empresa Iberdrola¹¹) que detém 70% de participação no

¹¹ O grupo Iberdrola é um grupo espanhol que atua na distribuição de gás natural e na geração e distribuição de energia elétrica. Atualmente, a empresa é líder em energias e redes inteligentes. Além disso, 90 % do plano de investimento de longo prazo do grupo está alinhado com os critérios de investimento verde incluídos na taxonomia da UE. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/quem-somos/energética-do-futuro>

empreendimento, e a Copel detém o restante 30%. Nas informações do projeto elaboradas pela Neoenergia, destaca-se a capacidade instalada é de 340 MW, o que pode fornecer energia a um milhão de pessoas (NEOENERGIA, s / d).

Passados vinte anos desde a mobilização de resistência da primeira proposta de implantação de uma usina hidrelétrica em Capanema, nos anos oitenta, o projeto da barragem foi restaurado e reapresentado em 2004, agora com a alteração da sua localização, a fim de reduzir a área de inundação e não afetar diretamente Parque Nacional do Iguaçu. A empresa responsável pela construção, a Engevix Engenharia, solicitou permissão ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e preparou o primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA / RIMA).

A construção da hidrelétrica começou em 2013, após a emissão de uma licença ambiental de operação pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado do Paraná (IAP) em julho de 2013. Com a implementação do canteiro de obras pela Construtora Odebrecht, 11 famílias foram realocadas.

Como desdobramento teve o início das denúncias, por parte dos atingidos sobre o grande número de famílias que não constavam no cadastro da empresa, o valor da indenização era inferior ao preço de mercado, a não implantação do plano estipulado no plano básico ambiental e a ausência de sugestões para a área de reassentamento. Desde então, do começo ao fim em 2013, com a organização da Associação dos Atingidos pela Central Hidrelétrica Baixo Iguaçu (ADAHBI), e o mais importante, com a entrada em cena do MAB para ajudar nas lutas familiares organizadas, as resistências se intensificaram.

Essas foram de grande valia, pois os atingidos ganharam uma visibilidade muito importante nos veículos de comunicação, e nas esferas do poder público. Depois da ocasião das manifestações no canteiro de obras contra a construção da UHE Baixo Iguaçu em 2016, vários grupos sociais e noticiário local levaram ainda mais importantes pautas para ser discutidas na CEBI.

FIGURA 10 - Manifestações no canteiro de obras contra a construção da usina em 2016.



Fonte: Arenza/RPC¹²

Conforme o Grupo Neoenergia “todas as exigências já foram cumpridas e agora dependemos apenas da licença de instalação do IAP e do Ibama para que a implantação da hidrelétrica tenha início”, informou o presidente do Consórcio do Pro Caxias e prefeito de Capitão L. Marques, Cláudio Quadri (PMDB). (USINA BAIXO IGUAÇU, 2016).

O quadro seguinte mostra-nos alguns impactos e perspectivas, as quais comprometeram os territórios que foram alagados e atingidos pela construção da UHE do Baixo Iguaçu. Segue algumas descrições e ações ativas/passivas de cada um deles. Coloco também aqui, quais os programas que deveriam ou fiscalizar de forma parcial ao longo do processo da construção da usina. No quando abaixo conseguimos temos uma base de alguns impactos na construção da UHE do Baixo Iguaçu de acordo com o RIMA.

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/agricultores-invadem-canteiro-de-obras-da-usina-de-baixo-iguacu-no-pr.html>>.

QUADRO 1 - Impactos da UHE do Baixo Iguaçu de acordo com o RIMA.

Impactos e perspectivas	Descrição	Estratégias de Controles
Comprometimento dos atingidos	Com o início das obras ocorreram escavações de via de acesso, movimentação de equipamentos e veículos de carga, causando impactos como: ocorrência de poeira no ar, retirada da camada fértil do solo, transporte de sedimentos e alteração da qualidade da água do rio.	Programas de controle ambiental da construção; Programa de educação ambiental.
Formação de expectativas quanto aos efeitos da implantação da UHE Baixo Iguaçu.	A notícia da implantação de um empreendimento como foi o da UHE Baixo Iguaçu provocou expectativas que vieram a afetar o sistema de preços, o modelo de trabalho, o mercado imobiliário e decisões de agentes investidores.	Programa de comunicação e programa de educação ambiental.
Mobilização e engajamento comunitário da população local.	A implementação da barragem da UHE estimulou a população local no sentido de mobilização política para discussões do empreendimento, através da criação de instituições representativas ou até mesmo por agremiações já constituídas como sindicatos, associações comunitárias, organizações não-governamentais, Ministério Público e Poder Público Geral. Sendo essa mobilização de fato positiva, uma vez que intensifica a discussão.	Programa de comunicação social; Programa de educação ambiental; Programa de elaboração das agendas 21 locais.
Submersão de áreas de lavoura e pastagem.	O enchimento do reservatório acarretou em perdas de áreas de pastagem e lavouras que foram inundadas.	Programas de apoio aos municípios e comunidades locais; Programa de remanejamento da população atingida; Programa de desenvolvimento turístico.

Fonte: SOCIEDADE DA ÁGUA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, 2008b, p.69-73.

Adaptada pelo autor (2022).

Por dentre esses e outros impactos que é claro que conceito de atingido foi inimizado pelas empresas, destas formas elas iriam se beneficiar e dificultar o pagamento das indenizações às famílias, agricultores dentre outros agentes

sociais que tiveram suas vidas afetadas pela barragem. Quanto mais restrito o conceito de atingido, menos indenizações serão pagas pelas empresas e menos serão os direitos dados aos atingidos.

No entanto, para a Comissão Mundial de Barragens, ainda em 2001, se estabelece que o conceito de atingido vai além, segundo o autor Vainer (2008):

há grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do empreendimento desde o anúncio da obra, há outros que os sofrem sobretudo durante as obras e outros, enfim, que serão afetados com o enchimento e a operação do reservatório (VAINER, apud ROTHMAN, 2008, p.51)

Passando a entender o atingido não somente aquele que possui de fato terras em seu nome, mas, também todos os afetados pelas águas e aqueles que tiveram suas atividades econômicas comprometidas pela implantação da usina hidrelétrica. Segundo Vainer (2008) para superarmos o conceito aqui citado por ele como territorial-patrimonialista e hídrico devemos entender o processo de todos estes aspectos como mudança social e de fato consideramos e trazermos como problemática outros fatores que possam ir além do econômico, o que passa a ser uma diretriz buscada pelo MAB em diversas situações pelo território brasileiro.

3 A LUTA DOS ATINGIDOS PARA A COMPENSAÇÃO NA FORMA DE PROJETO DE REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO

Nesta seção analisamos as lutas dos atingidos a partir das suas vozes, para isso serão utilizadas as entrevistas realizadas no primeiro semestre da pesquisa, para que possamos colocar à tona as narrativas dos entrevistados, na compreensão do projeto de reassentamento e suas reivindicações.

Nessa parte da pesquisa, iniciaremos com uma reflexão sobre os significados do reassentamento rural coletivo, apresentando exemplos próximos de grupos de atingidos de outras hidrelétricas que tiveram sua reivindicação atendida. Em seguida será feita a análise da questão específica da proposta de reassentamento no caso da U.H. Baixo Iguaçu, tendo como base as entrevistas coletadas.

3.1 PROJETO DE REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO

A reivindicação pela implementação de reassentamentos rurais coletivos apresenta grande importância para organizações com o próprio MAB. Carlos Vainer (2003) nos leva a pensar que o conceito de reassentamento é um conceito notório implicado em polêmica, como a ideia de ser atingido traz reconhecimento, ou seja, legitimidade tendo como direito a alguma forma de reparação ou compensação, reabilitação ou compensação. No entanto, o conceito de ser atingido tem um aspecto perigosamente territorial-patrimonialista, pois em muitos casos, o reconhecimento é dado apenas aos proprietários afetados.

Na maioria dos casos não se reconhecia a existência de qualquer impacto social ou ambiental. E o único problema era, por assim dizer, um problema patrimonial fundiário. O tratamento era o de negociação dos valores da desapropriação; Embora durante muito tempo o termo não fosse utilizado, é evidente que esta abordagem apenas reconhecia como atingidos os proprietário de terras. Assim, a perspectiva territorial-patrimonialista era, quase sempre, indenizatória. (VAINER, 2003, p.2)

Essa perspectiva dificulta até mesmo o processo de reassentamento coletivo, pois coloca em dúvida quem “merece” de fato o reassentamento, além de ser uma dimensão limitadora de quem são os atingidos.

Antes de tecermos sobre os comentários sobre o conceito de REASSENTAMENTO COLETIVO, voltaremos a um conceito que já foi abordado no capítulo dois, mas torna-se essencial também a sua retomada nessa parte do estudo, que é o conceito de ATINGIDO, pois abordar esse conceito é entender o reconhecimento e legalização de direitos.

Quando o assunto é reassentamento, muitas empresas responsáveis pela implementação de usinas hidrelétricas buscam burlar o sistema e o direito de reassentamento aos atingidos, avaliando o reassentamento como um ônus a ser evitado, com a predileção de indenizar financeiramente as famílias deslocadas de suas terras. Nesse contexto, também é importante entender o significado dos “deslocamentos compulsórios” que podem ser definidos da seguinte forma:

[...] fenômenos totalizantes que afetam múltiplos aspectos da vida dos atingidos, causando perdas sociais, culturais e econômicas, individuais e coletivas. Impulsionam processos de mudança social e promovem transformações socioespaciais que se refletem em alterações nos padrões de uso e ocupação do solo, nas dinâmicas urbanas, na desterritorialização de grupos sociais e nas relações interpessoais (OLIVER-SMITH, 2009; ZHOURI, 2011 apud CHAVES et al, 2019, p.5-6).

Considerando essas múltiplas alterações que esses deslocamentos resultam na vida de tantas pessoas, verifica-se a importância do projeto de reassentamento mais amplo que abarque de fato todos os atingidos interessados nessa modalidade de indenização. Devemos estar atentos às formas de reparações a estas famílias que são expulsas de seus territórios, assim passamos a analisar a entender a forma como os processos de reparação acontecem.

As empresas tendem a conceber o reassentamento como algo marginal no processo de negociação, para se eximir de suas responsabilidades no processo de reassentamento.

No caso da UHE Baixo Iguaçu as obras da hidrelétrica, começaram suas construções em julho de 2013, após obter a licença de operação do Instituto

Ambiental do Paraná (IAP). Naquele momento, atingidos denunciaram que muitas famílias não constavam no cadastro feito pela usina, além de conterem valores das indenizações bem inferior ao justo para as famílias.

E denunciaram, também, que não havia uma proposta de área destinada para reassentamento. Neste mesmo ano de 2013 a população atingida aumentou ainda mais as ações de resistência, como pode ser comprovado pela organização da Associação dos Atingidos da Hidroelétrica do Baixo Iguaçu (ADAHBI¹³) e, com as ações do MAB no auxílio à luta organizada das famílias a terem um projeto de reassentamento justo.

Em sua última atualização, no segundo trimestre de 2020 o Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu, divulgou juntamente ao seu Programa de Comunicação Social (PCS) responsável em relação às divulgações da empresa Baixo Iguaçu a seguinte informação: de que o programa iria proporcionar a criação e manutenção de canais de informação e comunicação com grupos sociais, locais e regionais a respeito do empreendimento. No período compreendido pelo relatório (janeiro a março de 2020), foram realizadas ações de comunicação social em parceria com o Programa de Educação Ambiental, junto à comunidade escolar, trabalhadores e prestadores de serviço da UHE Baixo Iguaçu, comunidade rural e Reassentamentos Rurais Coletivos. Também foram realizadas produções audiovisuais, como: spots, folders, releases, anúncios e clippings de notícias.¹⁴

Além do mais, trouxe como proposta as seguintes ações:

O Programa de Comunicação Social proporcionará a coordenação dos esforços de comunicação, da veiculação dos produtos e do estabelecimento das relações sociais entre o empreendedor e os públicos-alvo.

- Ações de comunicação social nos Reassentamentos Rurais Coletivos (RRCs), comunidades do entorno do reservatório, trabalhadores e terceiros da UHE Baixo Iguaçu e comunidade escolar, com interface ao Programa de Educação Ambiental;
- Ações com interface junto aos Programas Ambientais da UHE Baixo Iguaçu;
- Ações de comunicação institucional;

¹³ A empresa Associação Dos Atingidos Da Hidrelétrica Baixo Iguaçu ADAHBI que tem como razão social Associação Dos Atingidos Da Hidrelétrica Baixo Iguaçu ADAHBI foi fundada em 16/02/2005 e está cadastrada na Solutudo no segmento de Ongs e Entidades Sociais.

¹⁴ Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/arquivos/373ea77c6d673fdb402daa5caf25f1e.pdf>

- Ações de rádio, TVs em Casas Lotéricas e jornais para divulgação dos acontecimentos da Usina. (BAIXO IGUAÇU 2016).

Não houve de fato nenhuma proposta de Plano de Reassentamento Coletivo eficaz para a população atingida, mesmo com as obras da UHE já em andamento. Mesmo atualmente, com a UHE em funcionamento, há ainda reivindicações por parte de muitos atingidos que perderam suas terras, para ações ligadas ao Plano de Reassentamento.

Em seu Relatório Fundiário (Relatório fundiário final para fins de solicitação de autorização de enchimento do reservatório da UHE Baixo Iguaçu) a empresa Baixo Iguaçu, relatou que todos os futuros atingidos seriam contemplados com Cartas de Crédito e que todos seriam indenizados pelas áreas adquiridas.

Durante este processo, diferentes situações podem ocorrer determinando, inclusive, a adoção de medidas mitigadoras de diferentes naturezas: a simples aquisição das terras e das benfeitorias; a relocação do beneficiário para áreas remanescentes do seu próprio imóvel, com respectiva desapropriação e indenização da área adquirida; o reassentamento compulsório da população interferida em um novo local; o autorreassentamento, por meio da emissão de Cartas de Crédito, entre outras. (BAIXO IGUAÇU, 2013, p. 3).

Em sua maioria, muitos atingidos receberam as suas “justas” indenizações - (na ótica da empreiteira) apenas em dinheiro, em quantias que dificultam, conforme relatos de atingidos, a compra de terras de mesma qualidade nos municípios onde residiam. Além de levar a entender que quem teria direito ao reassentamento eram apenas aqueles atingidos de forma direta, neste caso a empresa, dificultou ainda mais o processo de relocação dos beneficiários.

Carneiro (2018) nos traz o seguinte conceito de Plano de Reassentamentos e sua importância:

Plano de Reassentamento: Planos que têm como objetivo identificar e elencar ações que serão desenvolvidas com o intuito de minimizar, compensar e mitigar os prejuízos e impactos negativos aos [atingidos] por ações de [reassentamento

involuntário]. A depender das condicionantes que conduzem ao reassentamento involuntário, podem tanto ser propostos por órgãos governamentais como por empresas. De um modo geral, seu conteúdo deve: indicar alternativas de áreas para o reassentamento próximas do lugar onde viviam os atingidos; disponibilizar as informações por eles requeridas; comprovar a minimização do número de imóveis desapropriados; prever assistência à comunidade durante o reassentamento; buscar garantir as condições de moradia e habitabilidade de modo compatível à vida anterior ao reassentamento involuntário; contemplar a identificação da situação das pessoas e comunidades impactadas considerando suas diversidades de [modos de vida], perfis e formas de composição familiar; estabelecer critérios para políticas de compensação; identificar formas de manutenção da estrutura da comunidade levando em conta as relações de vizinhança e parentesco; salientar modos para a recuperação das atividades econômicas garantindo a manutenção da renda; indicar as estratégias para a recomposição das relações socioambientais e culturais; contemplar meios de reconhecer as reivindicações da comunidade através de mecanismos efetivos de participação popular assim como disponibilizar as informações relacionadas ao plano; apontar meios para a garantia de serviços sociais tais como os relacionados à saúde, educação, lazer e transporte público; e elaborar cronogramas, orçamentos e fontes de recursos para sua execução e implementação. (CARNEIRO, 2018, p. 178-179)

Isto é, levando em consideração tal conceito, vemos que a questão do reassentamento, vai além de identificar os atingidos diretamente e sim garantir direitos aquelas pessoas que foram atingidas/afetadas de forma direta ou indireta. Sobretudo, criar estratégias de reconfiguração e manutenção para que os atingidos tenham o poder de estar a par das informações do Plano de Reassentamento.

Mesmo depois de tantas discussões e sem nenhuma resolutiva em relação ao Plano de Reassentamento de forma mais clara, os manifestantes e os demais envolvidos pediram a presença da diretoria do empreendimento com o intuito de novas negociações. Os atingidos pautavam e alegavam “[...] violação de direitos e a necessidade de abertura de um novo cadastro para o reassentamento das famílias que serão atingidas pela obra iniciada em julho. A Polícia Militar acompanha a mobilização.” (WURMEISTER, 2013c).

Segundo o (entrevistado 11, 2017), nos afirma que mesmo depois de um período de tantas lutas e manifestações por parte dos atingidos e das grandes organizações com o apoio do MAB, não houve uma construção efetiva de

documentos que ampararam estes atingidos, a empresa não oportunizou aos atingidos a ter acesso a nenhuma documentação, principalmente o documento de planos de reassentamento coletivo.

O número de pessoas que foram reassentadas foi mínimo, muitas pessoas não conseguiram até hoje acesso as documentais e relatórios que a empresa prometeu. Nunca tivemos um amparo de fato, a promessa de construir um plano de reassentamento junto à população não saiu do papel (ENTREVISTADO 11, 2021 – **NOSSOS GRIFOS**).

Mesmo que a empresa mostrava nas mídias sociais a importância do plano de reassentamento coletivo, com a participação dos atingidos em dar suas opiniões, isso na prática não se efetivava.

Este plano de reassentamento deve ser pautado de forma responsável, e com a participação coletiva dos atingidos, em outras construções de barragens, alguns projetos de reassentamentos foram mais efetivos com a fiscalização da população atingida e organizações como CRABI no Paraná, na construção da Usina Hidrelétrica José Richa do Governador ou mais conhecida como Salto Caxias como demonstra a imagem abaixo:

indenização ou cartas de crédito conforme sua escolha. A Copel acompanhou a mudança e pagou os custos de mudança das famílias para o reassentamento, em meio a grandes conflitos e lutas conjuntas o mais próximo ao “justo” para aos atingidos foi realizado, com a fiscalização deles e de organizações de resistências.

Nesse episódio de reassentamento, temos a da comunidade de Nova União, no município de Cascavel (PR) que foi uma conquista marcante da população, mesmo havendo grandes perdas para os atingidos – que advém de lutas consecutivas contra a construção da Usina de Salto Caxias.

Segundo Cunha e Fabrini (2021) o reassentamento de Nova União, ficou como algo emblemático pela conquista no contexto da perda, foi iniciativa que envolveu famílias que do município de Nova Prata do Iguaçu, mais precisamente das comunidades Fazendinha e Barra do Vorá que foi o terceiro maior grupo familiar da cidade afetado pela formação do reservatório da Usina de Salto Caxias, formando um total de 326 famílias.

Os atingidos, organizados conforme a vizinhança, foram a luta de forma conjunta para que todas as decisões ocorressem de forma coletiva. Para Cunha e Fabrini (2021) de acordo com as reivindicações do Movimento de CRABI, a conquista dos atingidos tem um caráter único em termos de compensação. Tais conquistas eram originalmente de terra, pois o reassentamento era apenas para arrendatários e pessoas que possuíam até 05 hectares paulistas, passando esses lotes por um valor mínimo de dinheiro, além de receberem um salário mínimo por casal por um período de um ano. Além desta, outras conquista como: infraestrutura organizada, tanto em propriedade quanto em comunidade para que os moradores de Nova União continuassem vivendo conforme a vizinhança anterior.

Planos de reassentamento coletivo, para populações afetadas por barragens devem ser coordenados com a participação efetiva das pessoas afetadas e deve incluir opções de reassentamento coletivo e compensação, calculadas não apenas para perdas e danos materiais, mas também para danos pessoais e imateriais causados pelo empreendimento. Embora não haja lei que estabeleça expressamente tais obrigações dos empresários, elas decorrem do direito social fundamental à moradia digna e condigna, interpretado como moradia condigna pelo artigo 6º da Constituição Federal, pelos tratados

internacionais que regem o tema dos direitos humanos, pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos e pelo Relator Especial da ONU.

Segundo Lima (2005) o reassentamento coletivo deve garantir o direito à moradia adequada e a disponibilidade de terras alternativas de qualidade igual ou superior à terra original, e nas mesmas condições ambientais, geográficas e estruturais, e durante todo o processo, deve garantir o cumprimento das recomendações propostas, conforme relatório final aprovado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos.

3.2 REIVINDICAÇÃO POR PARTE DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA U.H.B. IGUAÇU

A implantação de usinas hidrelétricas envolve uma série de medidas, principalmente aquisição de áreas para implantação de canteiros de obras e na formação de reservatórios e área de preservação permanente. Durante este processo, podem surgir diversas situações, incluindo a determinação a tomar medidas de mitigação de outra natureza: simplesmente desapropriar terras e melhorias; realocar os beneficiários para suas áreas restantes propriedade, desapropriação e indenização pela terra desapropriada, reassentamento a esta população forçada a sair de suas terras e ir se reconstituir em novos locais; autorrealocação, que deveria ser amparada através da emissão de cartas de crédito criada pela empresa.

Em relação a construções de respaldo a população atingida, são necessárias condutas que auxiliam no processo de reassentamento. Conforme o Consórcio responsável pela Baixo Iguaçu (2013) a identificação desses diferentes grupos de famílias fornece as informações necessárias a estabelecer procedimentos para melhor satisfazê-los e assim possivelmente, desde a avaliação do imóvel a ser desapropriado, até o monitoramento das famílias e comunidades, buscando reintegrar-se à sociedade e reconstruir a qualidade das famílias e comunidades vida após o reassentamento.

Em 2013 a empresa de Baixo Iguaçu, criou o *PROGRAMA DE REMANEJAMENTO E MONITORAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA*, esse programa visava criar condições para a reprodução da vida econômica e social das famílias afetadas e que passam pelo processo de estabelecimento de

indenização por terras e benfeitorias, realocação da população e a reorganizações das áreas restantes. Segundo a empresa Baixo Iguaçu, um dos objetivos maiores é também buscar acompanhar o desenvolvimento das atividades planejadas pela população rural realocada para poder garantir o cumprimento das medidas de precaução, e as medidas de mitigação e compensação propostas no Projeto Básico Ambiental (PBA).

Na amplitude do Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida, o qual foi criado pelo Baixo Iguaçu em 2013, em sua teoria seus objetivos seriam:

Objetivos Específicos: São objetivos específicos deste Programa:

- Discutir previamente, e ao longo de todo o processo de planejamento e implantação do empreendimento, os critérios e os procedimentos que serão instituídos para a negociação com as famílias atingidas;
- Executar o cadastramento das propriedades e famílias na Área Diretamente Afetada (ADA);
- Promover os estudos detalhados sobre as interferências causadas pelo empreendimento, bem como as avaliações socioeconômicas e patrimoniais;
- Promover a indenização das terras e benfeitorias;
- Estabelecer os critérios de remanejamento da população;
- Efetuar o remanejamento da população, com ações de apoio a inserção nas novas propriedades, quando cabível;
- Monitorar a população remanejada. (BAIXO IGUAÇU, 2013, p. 04).

No entanto, foram objetivos que não saíram do papel, pois a promoção de indenização das terras, não garantiu uma participação efetiva dos atingidos. Mas, foram propostas que ficaram apenas no discurso da empresa, sem muito desenvolvimento em relação a estes programas, muitos atingidos, até o ano de 2018, não receberam suas cartas de créditos e nenhuma negociação plausível em relação as suas terras perdidas.

Em seu documento a empresa destaca alguns resultados das desapropriações para área do reservatório – Novembro 2018

TABELA 3 - Resultados das desapropriações para área do reservatório – Novembro/2018

SITUAÇÕES DAS NEGOCIAÇÕES	PROPRIEDADES DE RESERVATÓRIO	
	UNIDADES	PERCENTUAL (%)
Adquiridas amigavelmente	306	89
Judicializados	35	10
Flexibilização de APP	4	1,45
Em negociação	0	0,00
TOTAL	345	100,00
Canteiro de obras	10	100,00
Remanso	74	nsa

Fonte: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI)

Os critérios estabelecidos neste documento também permitiram que vários remanejamentos fossem realizados de acordo com os objetivos e pautas da empresa. Estes remanejamentos ocorrem de diferentes maneiras que foram registrados pela empresa e suas reuniões, no entanto sem nenhuma opinião popular para esta construção, o que seria fundamental para uma discussão mais adequada de como isso iria acontecer.

Para a construção da UHE. Baixo Iguaçu foram propostas pela empresa alguns remanejamentos de modo tardio que ocorrem de duas maneiras: Carta de crédito e rearranjo de áreas remanescente. Desta forma, a concessão de uma Carta de Crédito, na qual, muitas famílias estavam interferidas responsabiliza-se, com a ajuda do CEBI, pela localização de uma área rural que atenda a estas e outras necessidades. Uma vez localizada as áreas, e foram estudadas pelo CEBI, assim, realizando uma vistoria técnica, e emitindo parecer com relação à sua aquisição.

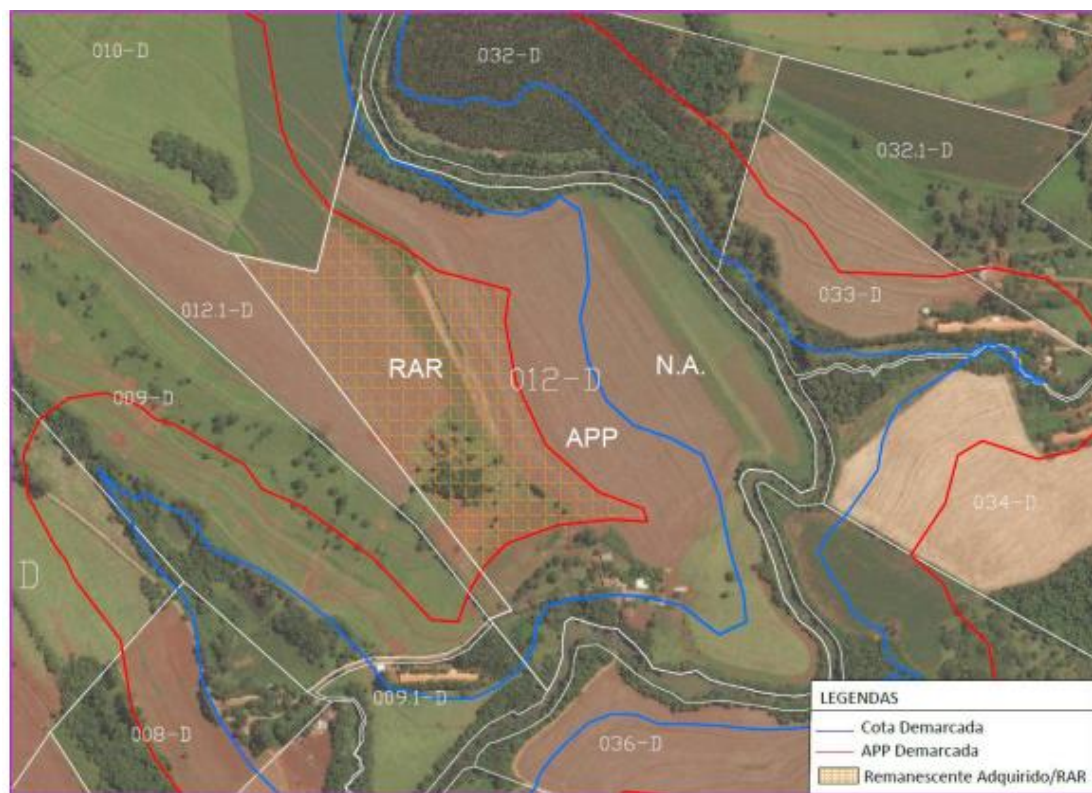
Os critérios utilizados são a possibilidade de regularidade dominial da área, fertilidade aparente, existência de benfeitorias, entre outros. Após a aquisição da área, e na eventualidade de a mesma ser em valor inferior ao da Carta de Crédito, o CEBI responsabiliza-se, em conjunto com o beneficiário, pela elaboração de um Plano de Aplicação, no qual o beneficiário compromete-se a aplicar o remanescente financeiro no próprio

imóvel ou em ações que viabilizem o seu bem-estar social. (BAIXO IGUAÇU, 2013, p. 07).

A concessão de carta de crédito mostrou-se uma opção interessante para as famílias afetadas, mas mesmo assim não foram suficientes para que todos os atingidos pudessem ser de fato ressarcidos ou reassentados de forma digna. Para algumas famílias foram permitidas a escolherem uma área no local de sua preferência, além de ter acesso a uma área com infraestrutura necessária para rápida adaptação, esse número foi muito risório, pois apenas 11 pessoas foram aceitas para o projeto de reassentamento.

Outra maneira é o rearranjo de áreas remanescentes, o CEBI tem beneficiado famílias que veem nessa opção uma excelente oportunidade de permanecerem próximas aos locais onde desenvolviam suas atividades e em áreas, via de regra, já beneficiadas pela mecanização e adubação resultantes de explorações agrícolas já existentes nas áreas remanescentes dos imóveis desapropriados. Este rearranjo possibilitou em Reassentamentos em Áreas Remanescentes (RAR). Ou seja, rearranjo de área remanescente realizado pelo CEBI. Outra ação do CEBI, nesta modalidade, resultou na criação de um projeto de reassentamento em área remanescente adquirida para implantação do Canteiro de Obras. Como podemos notar na imagem abaixo:

FIGURA 12 - Área de um Reassentamento em Área Remanescente. Novembro/2018.



Fonte: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI).

Outras modalidades de relocação prevista nos Termos de Acordo anteriormente citados referem-se ao Reassentamento Rural Coletivo. E neste item, merece destaque a criação da Comissão Técnica Multidisciplinar. Em março de 2017, o IAP fez publicar a PORTARIA IAP Nº 049 DE 013 DE MARÇO DE 2017 criando a Comissão Técnica Multidisciplinar (CTM) para acompanhamento do cumprimento das condicionantes da Licença Ambiental de Instalação. Um dos principais avanços obtidos pela CTM, além do restabelecimento do diálogo com os movimentos sociais, foi a assinatura do Termo de Acordo da Política, Diretrizes e Critérios para Reassentamento Rural Coletivo para os Atingidos pela UHE Baixo Iguaçu. Segundo a empresa Baixo Iguaçu:

A estimativa de conclusão e entrega destas casas e a consequente conclusão deste reassentamento é da primeira semana de dezembro, sendo que se necessário, o CEBI viabilizará o pagamento de aluguel para uma transferência provisória das duas famílias restantes, considerando quem mora fora da área interferida pelo reservatório. (BAIXO IGUAÇU, 2013, p. 13).

As primeiras casas entregues ocorreram ainda no mês de dezembro de 2018. Como parte ainda do acordo do reassentamento, o CEBI viabilizou a transferências destas famílias que moravam fora da área do reservatório. Foi entregue pela Baixo Iguaçu um total de 11 lotes, a empresa disponibilizou imagens da obra de reassentamento rural do ano de 2018 ainda em construção do Reassentamento Coletivo.

Figura 13 - Obras de reassentamento rural coletivo



Fonte: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI). Adaptada pelo autor (2022).

Mediante os acordos realizados pela empresa Baixo Iguaçu, foram poucas famílias que foram reassentadas de forma justa, ou seja, um número risório perto

do grau de atingidos pela construção da barragem da UHE. Baixo Iguaçu. Em seu documento de - Relatório fundiário final para fins de solicitação de autorização de enchimento do reservatório da UHE Baixo Iguaçu. Apenas onze famílias foram reassentadas, no relatório fundiário, foram elencados de acordo com os números de lote e hectares.

Em novembro de 2018 a empresa publicou uma tabela com os beneficiários do reassentamento Margem Esquerda, que pode ser visualizada a seguir:

TABELA 4 - Beneficiários Reassentamento Margem Esquerda (Município de Santa Tereza do Oeste – novembro/2018).

Nome	Propriedades do reservatório	
	Numero do lote	Tamanho do lote (há)
João Maria Cândido	1	14 ha
Judith da Silveira Antonello	2	16 ha
Vilmar Locatelli	3	16 ha
Eder Piquet	4	14 ha
Elton de Castro	5	16 ha
Anderson Alves Rodrigues	6	16 ha
Waldemar Hubner	7	16 ha
Cleo Adriano Bauer	8	16 ha
Gilmar Stelzer	9	16 ha
Jucemara Fenstersefir	10	14 ha
José Cláudio Hartman	11	16 ha

Fonte: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI)

A partir de acordo realizado com os atingidos e o CEBI foi negociada a aquisição de outro imóvel, localizado no município de Santa Tereza do Oeste. Essa negociação ocorreu junto às famílias moradoras da margem esquerda do reservatório e resultou em uma lista com 12 (doze) beneficiários:

TABELA 5 - Beneficiários reassentamento Margem Direita (Município de Santa Tereza do Oeste) – Novembro de 2018.

Nome	Numero do lote	Tamanho do lote (há)	Localização atual
Vilson Flores da Silva	1	16 ha	RRC Sta Tereza
José Orli Tonelo	2	16 ha	RRC Sta Tereza
Gentil Smaniotto	3	16 ha	RRC Sta Tereza
Armindo Antonio Smaniotto	4	14 ha	RRC Sta Tereza
João Foss	5	16 ha	RRC Sta Tereza
Geni Soares de Carvalho	6	16 ha	RRC Sta Tereza
Juares Rosseto	7	16 ha	RRC Sta Tereza
Eloir da Rosa	nsa	Em levantamento	CLM
Valdemar Folchini	nsa	Em levantamento	CLM
Carlos Folchini	nsa	Em levantamento	CLM
Derli Ficagana	nsa	Em levantamento	CLM
Eveli Ficagna	nsa	Em levantamento	CLM

Fonte: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI)

Segundo Baixo Iguaçu (2013) durante o processo de implantação do reassentamento algumas famílias beneficiadas por esta modalidade queriam a aquisição de outras áreas a serem adquiridas pelo CEBI.

No que se refere à infraestrutura prevista para esse reassentamento, segundo o relatório da empresa, constava a distribuição de água, de luz, moradia e barracão pré-moldado. A implantação ficou prevista para meados de 2014 e houve uma demora no cumprimento deste prazo, o CEBI viabilizou o pagamento de aluguel para uma transferência provisória das famílias beneficiadas.

Segundo Baixo Iguaçu (2013), essa relocação foi de fato necessária para algumas famílias, mas ainda não foi o suficiente para que todos os atingidos, de fato, recebessem por suas terras. Em 2018 a empresa entregou um reassentamento rural para 21 famílias, como acordo parcial de sua promessa. Mesmo assim, algumas famílias ficaram de fora dessa contemplação, e até hoje não houve uma resolutiva eficaz para esses atingidos.

Constata-se que houve a instalação de famílias no reassentamento coletivo, no entanto muitas delas não tiveram escolha pois precisavam de uma área para morar e iniciar a produção de forma rápida, como afirma o Entrevistado 11:

Não tivemos escolha, ou aceitávamos as casas ou ficamos sem lugar para morar, muitos de nossos amigos que não aceitaram as casas, até hoje não receberam o dinheiro e estão morando de aluguel em outra cidade próxima. Recebemos a casa, mas não tivemos contato com plano de construção do

reassentamento e nem quantas peças seria a casa.
(ENTREVISTADO 11, 2021 – **NOSSOS GRIFOS**)

Todos os reassentados sabem o endereço de onde seria o reassentamento coletivo, no entanto, foram privados pela empresa de ter acesso aos planos de estrutura da casa, ou até mesmo de informações básicas sobre os projetos de construção. Eis a necessidade de uma construção de um reassentamento coletiva de forma ampla, onde todos os atingidos possam de fato ter e fazer parte de uma negociação mais justa.

TABELA 6 - Resultado das ações de relocação para área do reservatório – Novembro/2018

AUTOREASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO RURAL		
SITUAÇÃO GERAL	TOTAL	125
	Não proprietários	103
	Pequenos proprietários	22
TRATAMENTO AUTOREASSENTAMENTO	AUTOREASSENTAMENTO	104
	Não proprietários	85
	Pequenos proprietários	19
	Aquisição de imóvel	86
	Aquisição de remanescente	7
	Reorganização de remanescente	11
TRATAMENTO REASSENTAMENTO	REASSENTAMENTO RURAL	21
	Não proprietários	18
	Pequenos proprietários	3

Fonte: Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI)

Na dimensão aqui na tabela pautada como TRATAMENTO REASSENTAMENTO Segundo CEBI (2018) a assistência técnica foi prestada às famílias assentadas por meio do repasse de recursos para a recém-criada Associação de Trabalhadores Assentados, conforme o disposto no Termo de Acordo sobre Políticas, Diretrizes e Normas de Reassentamento Coletivo Rural para Atingidos pela UHE Baixo Iguaçu (ASTROBI). O processo de definição das bases conceituais do programa de assistência técnica iniciou-se na época com o envio ao IAP de uma versão para a pauta do Programa de Assistência Técnica, Social e de Extensão Rural elaborada pelo CEBI, sendo que a tabela anterior dimensiona a situação final do reassentamento.

3.3 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS POR PARTE DOS ATINGIDOS – A RETERRITORIALIDADE É POSSÍVEL?

Esta última seção do estudo está organizada a partir das falas e, por consequência, dos posicionamentos dos atingidos que foram entrevistados.

Falar do sujeito e, mais ainda, permitir o espaço de fala desse sujeito é também falar de seu ambiente - como inclusive a perda de seu território, que não é apenas uma perda física, e sim uma perda de história e memórias afetivas de um lugar singular. Desterritorializar um indivíduo implica em retirar não apenas o território na sua forma física, mas também subtrair a forma estabelecida de vivência desse sujeito nessa porção do espaço.

O conceito de território para o sujeito carrega uma bagagem de memórias que são construídas ao longo do tempo, memórias essas que constrói as histórias singulares do sujeito ativo social e suas materialidades. O dicionário Houaiss de Língua Portuguesa apresenta definições pertinentes para o vocábulo **memória** como sendo:

Faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos “uma memória boa ou má”. Lembrança que alguém deixa de si, quando ausente ou após a sua morte, mercê de seus feitos (bons ou maus), qualidades, defeitos, etc.; nome, reputação [...] aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas (HOUAISS, 2001, p. 1890).

Memória é lembrar-se de algo acontecido, e este fato modificará como o indivíduo se sente em suas relações. A memória permite a construção não apenas da identidade individual, mas também coletiva de um grupo. Assim, é nesse momento da desterritorialização que se estabelecem as relações entre o passado e o presente de perdas significativas. Desta forma, conseguimos levantar que toda memória coletiva se desenvolve em dado lugar, isto é, memória é compreendida como elemento fundamental na construção da identidade cultural, não apenas individual, mas também coletiva, quando um indivíduo perde seu território, perde também a relação com o mesmo.

Conforme Castanho (2011): A memória é o principal nutriente da história, mas do ponto de vista do objeto e do sujeito, a memória é algo mais substancial. Objetivamente falando, a memória é o que ela lembra: acontecimentos, fatos, sensações e significados, tudo isso passa pelo campo da percepção pessoal e pelos tentáculos da sociedade, retidos um após o outro, e devolvidos diante de qualquer necessidade. A memória histórica constitui um elemento da identidade humana, é um signo de uma cultura. Reconhecemos pela memória o que nos torna diferentes e o que nos aproxima. A identidade cultural define o que é cada grupo, e o que nos separa uns dos outros.

Segundo Wehling (2003), a memória tem como cerne a seguinte forma: “A memória do grupo, sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade” (WEHLING, 2003, p. 87).

Para Castanho (2011) revelar que a memória individual é a base do autoconceito não significa que ela não seja influenciada por grupos sociais. Ao analisar os indivíduos, pode-se notar que suas identidades são formadas por memórias pessoais derivadas das características culturais de seu local de origem. Por outro lado, a memória cultural, também conhecida como coletiva ou compartilhada, diz respeito à sociedade em que o indivíduo vive cuja hierarquia permite diferentes níveis de socialização. Ao falarmos sobre território, estamos associando não apenas as memórias, mas também o pertencimento do sujeito atingido e seus sentidos:

O conceito de território foi inicialmente tratado nas Ciências Naturais, onde foi estabelecida a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais em uma determinada área física. No domínio das Ciências Sociais, esse conceito é associado a uma dimensão de apropriação e/ou sentimento de pertencimento, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma identidade territorial (MORAIS, 2016, p. 33 apud. HAESBAERT, 2004).

A desterritorialidade além de um ato violento faz com que o atingido sofra e perca seu sentido de pertencimento ligado a este território, pois o território sempre estará associado a uma dimensão de apropriação.

Por conta da construção da U.H. Baixo Iguaçu, e a desapropriação de muitas famílias que perderam seus territórios de forma impositiva, em nossa entrevista realizou-se a seguinte pergunta - **Quais dificuldades a construção da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu trouxe para você e sua família?** As respostas foram variadas, como podemos ver:

QUADRO 2 - Dificuldades que a construção da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu trouxe aos atingidos.

“A diminuição das áreas de plantio, visto que com o valor indenizado não foi conseguido comprar a mesma quantidade de terra. Preço baixo.” (ENTREVISTADO 02)
“A empresa não respeitou os direitos dos proprietários.” (ENTREVISTADO 03)
“Diminuição da área plantada e dificuldade na aquisição de outras áreas agrícolas.” (ENTREVISTADO 04)
“Todas as dificuldades. Baixo valor nas terras, acompanhamento psicológico por situação de ter idosos na família e também considerando tempo que a família viveu na propriedade produzindo alimentos para sua família.” (ENTREVISTADO 05)
“A maior dificuldade foi a mudança total das casas de moradia e toda a propriedade.” (ENTREVISTADO 06)
“Acabou com tudo. Em 2013 deixei de ser vereador, aguardei a reassentamento, e eu fui negado. Então fui buscar outro sustento, até hoje não me fixei. Agora vendo em um pequeno depósito. E no aguardo”. (ENTREVISTADO 08)

Fonte: Organizado pelo autor a partir das entrevistas concedidas (2022).

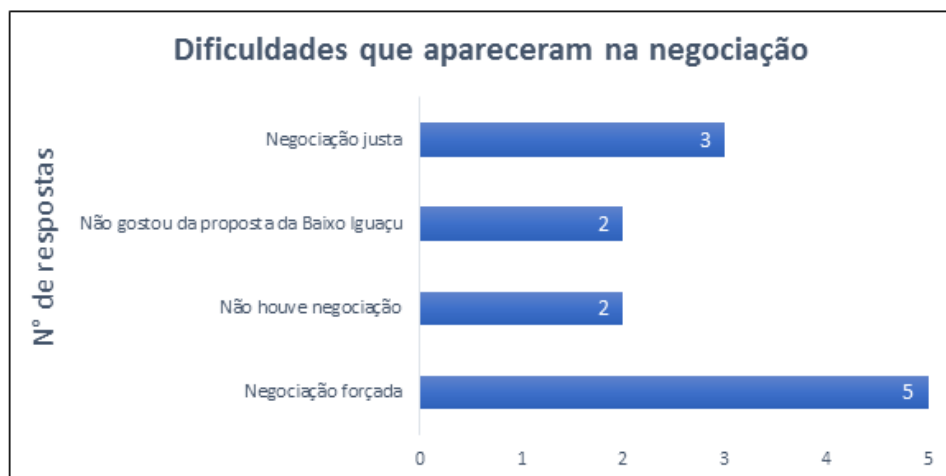
Pelos relatos percebe-se o rompimento da trajetória de vida dos atingidos e a insatisfação por terem passado por uma situação de desterritorialidade. Alguns perderam suas terras de plantação – subsistência, mesmo os que foram para o reassentamento, o processo de adaptação foi algo muito severo. Além disso, de forma recorrente muitos têm a percepção de que tiveram suas terras indenizadas abaixo do preço do mercado.

Tive que abrir mão da atividade de piscicultura, e não consegui comprar a mesma quantia de terra que foi desapropriada, porque fui indenizado abaixo do preço de mercado. **(ENTREVISTADO 07, 2021)**

Isso se fez a tal forma que em alguns casos, mesmo com a indenização não conseguiram comprar uma nova propriedade e tiveram que abrir mão de

suas atividades de subsistência tradicional, sendo obrigados a buscar outras formas de trabalho e renda. Conforme as entrevistas as maiores dificuldades relatadas foram:

GRÁFICO 7 - Dificuldades que apareceram na negociação



Fonte: Organizado pelo autor a partir das entrevistas concedidas (2022).

Dentre outras dificuldades relatadas, são mencionadas a falta de negociações claras e forçadas por parte da Baixo-Iguaçu, que fizeram com que muitos aceitassem as propostas de indenização, mesmo considerando-as insatisfatórias, pois tinham receio da judicialização da questão:

Foi tentado realizar negociação, infelizmente senão aceitavam as propostas apresentadas perderíamos tudo. No final, houve acordo, digo, foi preciso aceitar para não deixar ir para justiça. (ENTREVISTADO 01. 2021)

A empresa Baixo-Iguaçu, fez com que alguns atingidos aceitassem acordos forçadamente, sem dar a chance dos atingidos realizarem uma contraproposta, trazendo uma ideia unilateral ao acordo. Como podemos observar na fala do entrevistado 02:

Duas negociações, mas a proposta unilateral, sem contraproposta, uma avaliação colocada para mim baseada em médias de preço de áreas num raio de 100 km, porém eu não tive nenhum benefício além do valor dado. (ENTREVISTADO 02, 2021)

Entre os atingidos tratava-se de uma situação inédita e marcada pela assimetria de poder de negociação em favor ao Consórcio empreendedor. Muitos, com o temor da situação ser encaminhada para a decisão judicial que poderia não ter uma resolução benéfica, acabaram aceitando a proposta original da empresa.

Constata-se a situação de fragilidade dos atingidos no processo de negociação, em um contexto de eminente desterritorialidade. Mencionam regularmente que em poucos momentos as negociações foram assertivas, e em alguns casos, nem mesmo houve negociação como afirmado pelo entrevistado:

Não houve negociação, um representante da empresa trouxe a proposta por escrito e relatou: que **se** caso não aceitassem a proposta. **teríamos** que ir para a justiça para receber. (ENTREVISTADO 03, 2021 - **nossos grifos**)

Mesmo hoje, depois de passarem por um processo de desterritorialidade, e apenas 21 famílias tiveram o processo de reassentamento aprovado, alguns atingidos não se sentem satisfeitos com as negociações realizadas pela empresa Baixo Iguaçu, como podemos verificar no gráfico abaixo no período da negociação, levando consideração que os entrevistados totalizaram em 12 no final da pesquisa:

GRÁFICO 8 - Problema causado pela negociação das terras para a construção UHE Baixo Iguaçu



Fonte: Organizado pelo autor a partir das entrevistas concedidas (2022).

Diminuição de terras (perda parcial das terras) e demora na negociação das propostas foram queixas mais frequentes nas falas, isso além de apontar a insatisfação por parte dos entrevistados com os valores indenizatórios. Conforme os relatos não foram levados em consideração critérios para que houvesse uma negociação justa aos atingidos. Inclusive, a empresa deveria pautar seus projetos principalmente em documentos norteadores que possibilitem diálogos mais amplos e transparentes a todos os envolvidos como: o **RAS** (Relatório Ambiental Simplificado) ¹⁵ e **EIA/RIMA** (Estudo de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental), privilegiando os interesses da população atingida para que as negociações sejam mais satisfatórias, diferente do visto em muitas construções até o momento em nosso país.

Na entrevista foi feita a seguinte pergunta – **Neste momento, já depois de algum tempo da construção da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu você se sente satisfeito como a negociação? Por quê?**

QUADRO 3 - Avaliação por parte dos atingidos, quanto à satisfação no processo de negociação com o CEBI .

“Não. Por que com o valor não foi conseguido comprar uma mesma quantidade de terra. O valor muito baixo ao preço de mercado.” (ENTREVISTADO 01)
“Nada, nada satisfeito, se fosse hoje faria tudo diferente; porque quem negociou posterior, saiu com melhor remuneração. A empresa não cumpriu os prazos e me deixou em grandes dificuldades.” (ENTREVISTADO 03)
“Não. Pois, com valor recebido não consegui adquirir outra área com a mesma possibilidade de plantio da que eu tinha.” (ENTREVISTADO 05)
“Satisfeito acho que essa não é a palavra certa, acredito que seja ódio como pode uma empresa de grande magnitude fazer tudo isso que fez, e (olha) o que aconteceu com essas famílias até colocando a polícia (contra as famílias) é uma vergonha.” (ENTREVISTADO 04)
“Não, estou entre as mais de 50 famílias que excluídas pela NEOENERGIA e apoiados pelo IAT que é o fiscalizador e responsável e na ultima estância o governo do PR.” (ENTREVISTADO 09)

¹⁵ O RAS – (Relatório Ambiental Simplificado), tem como objetivo oferecer elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.

“Não, porque tivemos que aceitar o que eles ofertaram pela área atingível, e na minha propriedade fiquei sem acesso ao lago no qual é proibido e sem água, pois as nascentes ficaram todas alagadas.” **(ENTREVISTADO 11)**

Fonte: Organizado pelo autor a partir das entrevistas concedidas (2022).

Mesmo com a construção de um pequeno reassentamento em Capanema para 19 atingidos pela UHE Baixo-Iguaçu, muitos ficaram de fora deste projeto, à mercê de uma negociação assimétrica que apresentava dificuldades para os atingidos.

É preciso destacar a importância de se garantir a participação efetiva dos atingidos no processo de indenização às populações expropriadas por barragens em todo o nosso território nacional, não somente aos atingidos pela UHE Baixo-Iguaçu, como também tantas outras em andamento pelo Brasil. Segundo Laschefski, (2011) a expansão de grupos privilegiados prejudica os atingidos e cria conflitos ambientais que podem ser territoriais, espaciais ou distributivos, e os primeiros são aqueles que criam mais dificuldade em resolver esses problemas por meio de um processo participativo:

Os conflitos ambientais podem ser territoriais, como no caso de remoção dos atingidos, sem que se ofereçam condições adequadas para a reprodução das suas relações sócio-ambientais; ou espaciais, nos casos da poluição sonora, gasosa ou aquática e residual, as quais afetam a qualidade de vida das pessoas no local. Uma terceira categoria refere-se aos conflitos ambientais distributivos, que evidenciam as assimetrias no acesso aos benefícios oriundos da apropriação dos recursos e serviços ambientais. (...) Os conflitos ambientais territoriais, portanto, são aqueles que representam o maior desafio em relação a sua resolução através de processos participativos, como previstos no sistema de licenciamento ambiental. Isso porque as territorialidades de grupos sociais, ou seja, os modos diferenciados de apropriação simbólica e material do meio ambiente envolvem justamente modos distintos de ver o mundo ou de “produzir” o espaço que, quando materializados no espaço concreto, se revelam incompatíveis. (LASCHEFSKI, 2011, p. 23)

Nesse processo participativo é fundamental esclarecer as pessoas dos seus direitos com o acesso claro à legislação sobre o assunto, assim como o aprimoramento dessa própria legislação em favor das famílias atingidas.

No processo de implementação dessas grandes obras o Estado – como agente regulador – deveria respeitar a territorialidade dos grupos sociais atingidos: agricultores inseridos em diferentes contextos produtivos e sociais,

assim como ribeirinhos, indígenas e quilombolas que são marcos por um forte senso de identidade com o lugar onde vivem. Desta forma, a organização social da comunidade e a relação que ela constrói com o ambiente, razão pela qual, via de regra, o modelo de reassentamento proposto e compensação propostos no EIA-RIMA não são considerados suficientes para a solução de conflitos no processo de licenciamento.

Mediante a tantas narrativas, conflitos e manifestações de insatisfações a pergunta que provoca nossa reflexão nesse estudo de caso é a seguinte: **A reterritorialidade é possível?** Para início de reflexão, a (RE) TERRITORIALIDADE encontra-se comprometida por ser resultado da imposição diante de uma conjuntura na qual os atingidos tiveram pouca margem de negociação diante de uma relação assimétrica de poder favorável ao Consórcio empresarial.

Não há dúvida de que o homem precisa e encontra-se ligado ao seu território, seja na forma material e/ou simbólica. O território auxilia e regula a construção da identidade de cada pessoa. Assim, o processo de (DES) TERRITORIALIZAÇÃO pode ser definido como a ruptura das relações estabelecidas entre as pessoas e essas com o seu território, resultando em perda de controle sobre território individual ou coletivo, perda de acesso a territórios simbólicos e recursos econômicos.

Sobretudo é errôneo pensar que um reassentamento coletivo seja garantia de uma reterritorialização plena, no sentido da reprodução das condições que existiam antes do deslocamento das famílias atingidas pela obra.

A perda maior para um atingido da área rural está ligada à propriedade que foi submersa e pela qual será buscada a indenização de alguma forma. No entanto, essa área não se restringe a um espaço absoluto – que pode ser mensurada num mapa. Mas adquire, também, uma dimensão de espaço relacional, que é o mais desafiador para se trabalhar, pois está ligado a uma dimensão repleta de subjetividades – relação com o espaço que passa antes pela relação com o outro, sob a perspectiva social, ideológica, psicológica. Quando se trata de uma (DES) TERRITORIALIDADE há muitas outras perdas significantes, como a afetividade e memórias que foram estabelecidas naquele TERRITÓRIO antigo.

A (RE) TERRITORIALIZAÇÃO caracteriza-se por um processo que nem sempre é bem-sucedido em que os atingidos se adaptam a novos territórios e tornam-se agentes ativos de (novos) territórios, a reterritorialização é um processo complexo que somente a iniciativa de reassentamento não torna-se suficiente.

Ao final, concluímos que no caso de um claro entendimento sobre como o Reassentamento Rural Coletivo apresenta-se como uma iniciativa de reterritorialização desse pequeno grupo de famílias que foram realocadas nessa modalidade, exigiria um acompanhamento da situação dessas famílias na forma estabelecida e concreta das ações e condições estabelecidas. No momento, o Reassentamento apresenta-se apenas como projeto em fase de implementação, o que não permite essa avaliação baseada em evidências efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção dessa dissertação e a consulta à literatura relacionada ao tema, nos permitiu entender grandes consequências sociais e ambientais resultantes da implantação de usinas hidrelétricas em várias partes do país.

O preocupante é que passadas décadas desde polêmicas envolvendo populações atingidas – como relatado nessa pesquisa em Santa Catarina ou no Paraná, com a Itaipu - as situações de danos ambientais e sociais (inclusive as estratégias para deslocar as pessoas) se repetem atualmente a cada implantação de uma grande usina hidrelétrica, no qual o setor de produção de energia divulga a ideia de “energia limpa”.

Para a geração de energia necessária à produção econômica do país, algumas localidades são alteradas de forma irreversível e um conjunto de famílias que residem nas mesmas ficam com o ônus nesse processo, numa relação assimétrica de poder na qual os atingidos são surpreendidos pela obra diante de agentes especializados em cada etapa desse processo, inclusive com amplo entendimento nas estratégias mais favoráveis às empresas para a negociação.

A implantação da UHE Baixo Iguaçu, estuda nessa pesquisa, apesar das especificidades, encontra-se nesse contexto geral mencionada anteriormente. Conforme a consulta feita com alguns atingidos predomina a sensação de frustração e injustiça. No caso dos projetos de reassentamento coletivo, estes foram resultado da organização e apoio de um grupo de famílias pelo MAB, apesar do Consórcio responsável pela implantação da UHE Baixo Iguaçu não demonstrar um diálogo coesivo e democrático.

Houve demora por parte do Consórcio para levantar e trazer respostas que viessem de forma justa aos atingidos. Desde o início das obras foram levantadas grandes tensões e conflitos por parte dos atingidos que trancaram rodovias, realizaram manifestações na cidade Capanema e ocuparam o canteiro de obras da Usina quando esta estava em construção.

É importante destacar que algumas dessas mobilizações foram incentivadas pelo MAB que procurou organizar a população atingida.

Por meio dessas manifestações ficou evidente a resistência ao projeto de implantação da UHE, o campo das organizações e resistência como o MAB permitiu maior visibilidade do problema enfrentado pelos atingidos e repercutiu em algum apoio político por parte de vereadores e deputados estaduais, além do Ministério Público que passaram a mediar o conflito. Essas iniciativas permitiram um avanço no processo de negociação com o Consórcio, na busca de indenizações menos prejudiciais e a inclusão da proposta de reassentamento.

É interessante destacar essas conquistas foram coletivas e resultaram de ações e organizações de resistência. O MAB conseguiu levar mais informação a estas famílias, fazendo com que muitas se inteirassem mais sobre as intenções e estratégias do Consórcio.

A UHE Baixo Iguaçu, hoje está em pleno funcionamento, mas as memórias que ali foram perdidas são muitas, o processo de (DES) TERRITORIALIDADE levou consigo memórias afetivas de um território e mesmo hoje, com um pequeno reassentamento criado pelo CEBI, deve-se deixar claro que isso não se reveste em um ganho efetivo para os atingidos, inclusive porque se trata de uma ação que abriga poucas famílias.

Portanto, é interessante ressaltar a multiterritorialidade envolvida nesse processo de implantação (e de resistências) da UHE Baixo Iguaçu que reconfigura-se de um corte espacial, onde muitas famílias perderam suas terras, e lutaram por uma (RE) TERRITOTIALIDADE e formas de indenizações mais justas.

Esta obra promovida pelo CEBI trouxe danos ao meio ambiente (entendido aqui como a paisagem natural), e trouxe danos de dimensões sociais para milhares de pessoas que tiveram suas vidas afetadas (em maior ou menor medida) para sempre.

Há projetos de construção de grandes usinas hidrelétricas, nos próximos anos, em todo o território brasileiro – em especial na região norte do País. Por essa razão torna-se importante dar visibilidade aos projetos específicos (portanto, com as suas particularidades) de implantação desse tipo de usina para despertar os riscos gerais inerentes às propostas e alertar aqueles que eventualmente serão atingidos sobre a importância de organizar-se e criar formas de resistência.

BIBLIOGRAFIAS

BAIXO IGUAÇU. **Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI)**. Cartilha. Capanema: Baixo Iguaçu, 2016. 15 p.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARA, Roberto Bustos. **Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). Território globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994, p.261-269

CASTANHA, André Paulo; MANCHINI, Salete Reckziegel. **Capanema antes da colonização: vestígios da ocupação territorial indígena na região**. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Caderno de Artigos PDE – Vol 1. Paraná, 2013.

CASTANHO, Sérgio. Memória, **Presente e futuro**. In: História, memória e educação. José Claudinei Lombardi, Ana Palmira B. S. Casimiro e Livia Diana Rocha Magalhães. (org). Campinas, SP. Editora Alínea, 2011.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata: A Tríplice Fronteira BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013.

CHAVES, Kena Azevedo; MONZONI, Mario; ARTUSO, Letícia Ferraro. **UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada**. Revista Direito GV, v. 15, n. 2, maio/ago. 2019, e1913. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201913>

DEMO, P. Introdução ao ensino da metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DERROSSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. **A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná**. Ambiente & Sociedade, v. 17, p. 97-114, 2014.

ELETROSUL. Usina Hidrelétrica Capanema. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENURRS121984009.pdf>
Acesso em 17/06/2016.

FABRINI, João Edmilson; CUNHA, Emerso Cristani. **Conquistas e perdas dos atingidos pela Usina de Salto Caxias: O caso da comunidade Nova União em Cascavel (PR)**. Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, v. 12, n. 1, p. 69-87, jan./jun. 2015.

FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira BrasilArgentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX)**. Florianópolis: 2011. 445 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento Social como Categoria Geográfica**. In Revista Terra Livre nº 15. São Paulo: AGB, 2005

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. **A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. Revista Ambiente e Sociedade - São Paulo - SP – Brasil. 2013

GERMANI, Giomar Inez. **Expropriados, Terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA, 2003

GERAÇÃO CÉU AZUL. **Plano Básico Ambiental Consolidado** – UHE Baixo Iguaçu. Mar. 2013. Rio de Janeiro: Neoenergia, 2013. 580 p.

HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

HARVEY, David. **Rebel Cities**: From the Right to the City to the Urban Revolution. Londres: Verso, 2012

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Orgs.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, R. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. *et al* . Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, O. **A desterritorialização**. In: _____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 89-105

LASCHEFSKI, Klemens. **Licenciamento e Equidade Ambiental**. In: ZHOURI, Andrea (Org.). *As Tensões do Lugar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LIMA, Jandir F. de; ALVES, Lucir R.; KARPINSKI, Cesar; PIACENTI, Carlos A.; PIFFER, Moacir. **A região de Salto Caxias no sudoeste paranaense**: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n. 108, p. 87-111, jan./jun. 2005.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana. – Rio Branco: Edufac, 2016

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A Taipa da Injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MENDES, Jhones Donizete. **A influência do processo de construção da usina hidrelétrica baixo Iguaçu na reconfiguração territorial dos municípios atingidos nas regiões oeste e sudoeste do Paraná-brasil**. Marechal Cândido Rondon. UNIOESTE. 2018, p.12.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do; PÓVOAS, Ruy do Carmo. **Metodologia do trabalho científico**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense S/A, 2015.

PAZ, L. R. L. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia**: Desenvolvimento Sustentável? 232p. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PAMPLONA, Marco. **A historiografia sobre o protesto popular**: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 215-238, 1996.

PEGORARO, Éverly. **Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações**. In: IDeAS. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. p. 1-25.

POCAI FILHO, Roberto. **Entre anônimos, armados e rebeldes**: os elementos da História Social na Revolta dos Posseiros de 1957. Mundos do Trabalho, v. 5, n. 10, p. 107-124, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1978a.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978b.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. **Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais**. In PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). *Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. **TENOTÃ-MÕ**: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. IRN, 1ª ed. 2005.

SEVÁ FILHO., A . Oswaldo . e BERMANN, Célio **“Energia para o Desenvolvimento ... enfim Social”**, Anais, VII Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro, outubro 1996.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. **“Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais”**, in A. O. Sevá Filho (org.), *Tenotã-mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network. 2004

SIMÕES. Jorge Coelho. **A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do Iguaçu**. X simpósio brasileiro. São Paulo. 2013.

SIGAUD, Lygia, **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Soradinho e Machadinho (comunicação nº 9). Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS.

SIGAUD, Lygia. (coord). **Avaliação dos aspectos sociais da produção e energia hidrelétrica, Relatório de Pesquisa, Museu Nacional – PPGAS**, 1989.

SCHWANDT, T. A. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa**: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SCHMITT, Judith Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: História e memória**. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Marechal Cândido Rondon, 2008. 130 p.

SOCIEDADE DA ÁGUA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. **UHE Baixo Iguaçu – Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**. Curitiba: abr. 2008..

VAINER, Carlos Bernardo. **Conceito de “atingido”**: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

WEHLING, M. J. **As estratégias da memória social**. Brasiliis, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2003.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. **Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental:** o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005. p. 89-116.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

AGENDA 21 GLOBAL E BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CARNEIRO, Karine Gonçalves. In: Gomide, Carolina Siqueira et al. **Dicionário Crítico da Mineração**. Marabá: iGuana, 2018. Disponível em: . Acesso em 23 de março de 2022 .

ELETROSUL. Usina Hidrelétrica Capanema. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PENURRS121984009.pdf>. Acesso em 17/06/2016.

HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU. Fortalece economia da região. Disponível em: <http://baixoiguacu.com.br/noticia/usina-hidreletrica-baixo-iguacu-fortalece-economiada-regiao>. Acesso em (28/11/2016).

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/mapas_doc6.shtm> 2015

ISA - **Instituto Socioambiental. Especial Belo Monte** Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp> Acesso em 13 jun. 2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, disponível em < http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/mapas_doc6.shtm> 2015 ITAIPU – Itaipu Binacional, disponível em < <https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>> 2015

MME; **ELETROBRÁS**. Plano Nacional de Energia 1987/2010. Rio de Janeiro, dez. 1987. Disponível em: . Acesso em: 07 jan. 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEN – **MAB**. 2021. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br>

MAB. **Movimento dos Atingidos por Barragens**. Disponível em <http://www.mabnacional.org.br/noticia/no-pr-atingidos-pela-barragem-baixo-igua-usofrem-descaso-da-empresa-neoenergia>. Acesso em 13/11/2016.

NEVES, da C. D. **GÊNEROS DISCURSIVOS, CIDADE E ENSINO DE GEOGRAFIA**: aproximações teórico-metodológicas a partir de folders de condomínios fechados. Revista Brasileira de Educação em Geografia, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 641–660, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v10i19.716. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/716>. Acesso em: 6 jul. 2022. **NOSSO TEMPO. Movimento comunitário frustrou construção de nova usina no rio Iguaçu**. Foz do Iguaçu, 2 nov. 1984. ed. 143, p. 14. Disponível

em: < <http://www.nossotempodigital.com.br/edicao/143/> >. Acesso em: 13 fev. 2021.

NEOENERGIA. **UHE Baixo Iguaçu**. s/d. Disponível em: . Acesso em: 19 dez. 2021.

NOSCHANG. Luiza Bartz. **Os problemas socioambientais causados pela hidrelétrica de Itaipu**. XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPesq – 19 a 23 de outubro de 2015. Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em 29 de fevereiro de 2021.

OHCHR (1998). **Princípios orientadores relativos aos Deslocados Internos**. Disponível em:. Acesso em 23 de setembro de 2021

SILVEIRA, M. **Interface entre saúde e meio ambiente: aspectos da saúde na Avaliação de Impacto Ambiental de empreendimentos**. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. 209 Anais. Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT4-270-18720100903230338.pdf>. Acesso em: 21/07/2022.

WURMEISTER, Fabíula. Copel terá 30% de participação na usina hidrelétrica de Baixo Iguaçu. **G1 – RPC Oeste e Sudoeste-PR**. Foz do Iguaçu, 20 jun. 2013a. Disponível em:<<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/06/copel-tera-30-de-participacao-na-usina-hidreletrica-de-baixo-iguacu.html>>. Acesso em: 30 jan. 2022, às 06h40.

ZANAROTTI, Mariana Shinako. **O potencial hidrelétrico brasileiro e a maior usina geradora de energia do mundo**. 2018. Disponível em: <http://www.usp.br/portalbiossistemas/?p=7865>

ENTREVISTAS

ENTREVISTADO 1. **Entrevista.** [01 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 2. **Entrevista.** [31 ago. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 3. **Entrevista.** [01 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 4. **Entrevista.** [01 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 5. **Entrevista.** [01 ago. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 6. **Entrevista.** [01 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 7. **Entrevista.** [01 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 8. **Entrevista.** [14 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 9. **Entrevista.** [14 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 10. **Entrevista.** [14 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 11. **Entrevista.** [14 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

ENTREVISTADO 12. **Entrevista.** [14 set. 2021]. Entrevistador: Diego do Carmo, Capanema, 2021. Arquivo Impresso; Cessão gratuita de depoimento oral e escrito. Compromisso ético de não identificação do depoente.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – MODELOS DE ROTEIRO DE ENTREVISTA



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – NÍVEL DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

TEMA: ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU - PR E A CRIAÇÃO DO PROJETO DE REASSENTAMENTO

Entrevistado: Atingidos (Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu).

Identificação da gravação:

Data:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Total de moradores na casa:

Profissão:

- 1- Por conta da construção da barragem você e sua família tiveram que sair de suas terras?
- 2- De que forma os representantes da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu entraram em contato? Como foi realizado a mediação das terras?
- 3- Sua família morou por quanto tempo nessas terras, antes do processo de construção da barragem?
- 4- Sua renda provém de quais atividades? Alguém da sua família recebe algum auxílio do governo (aposentadoria, bolsa-família...)?
- 5- Qual era a principal atividade econômica da propriedade rural que ocupava? Tipo de cultura agrícola; criação de animais; outras.....
- 6- Quais dificuldades a construção da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu trouxe para você e sua família?
- 7- Foi realizada algum tipo de negociação de terras com você? Chegaram a um acordo?
- 8- Neste momento, já depois de algum tempo da construção da Usina Hidrelétrica Baixo-Iguaçu você se sente satisfeito como a negociação? Por quê?
- 9- Você participou de reuniões organizadas pelo MAB?
- 10- Como você analisa a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB neste período de 2013 a 2016?
- 11- Durante o período de reivindicações por direitos por conta da construção da usina, você participou de alguma manifestação? Em caso positivo, de que maneira?
- 12- Atualmente, como se encontra a área que ocupava antes da formação da barragem e do reservatório? Você voltou em algum momento para ver como ficou? Se sim, qual foi o sentimento?
- 13- Como está sua vida atualmente? Sente falta da localização da antiga moradia?
- 14- Foi implantado, por parte da empresa responsável pela usina, algum projeto de reassentamento?

Contato: Diego do Carmo (45) 998006450: diegodocarmo24@hotmail.com

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – NÍVEL DE MESTRADO EM GEOGRAFIA****TEMA: ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU - PR E A CRIAÇÃO DO PROJETO DE REASSENTAMENTO**Entrevistado: Atuantes do poder público/entidades e demais envolvidos

Identificação da gravação:

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

- 1- Antes/durante/depois da construção na Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu você participou de alguma mediação de conflitos? De que forma?
- 2- Saberá me dizer quais foram as formas de indenização realizadas para com os atingido pela barragem?
- 3- Participou de alguma reunião ou comissão entre a empresa responsável pela usina ou o poder público e os atingidos?
- 4- Você percebe a dimensão da desterritorialização do atingidos nessas áreas?
- 5- Agora, após a construção, você consegue analisar alguns impactos ambientais?
- 6- Por que aumentou o número de famílias atingidas de 2013 para 2019?
- 7- A construção deste empreendimento/usina hidrelétrica, influenciou o preço da terra rural no município?
- 8- A prefeitura ou algum órgão público prestou auxílio aos atingidos? Em caso positivo, de que forma?
- 9- Qual a sua opinião sobre o empreendimento construído/usina?
- 10- Pode usar este espaço para falar mais sobre essa questão, caso tenha interesse.

Contato: Diego do Carmo (45) 998006450: diegodocarmo24@hotmail.com

**APÊNDICE 02 – CESSÃO DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E DE
COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E ESCRITO E
COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE**

Pelo presente documento, eu

Entrevistado(a): _____,

declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):

Diego do Carmo,

Aluno regularmente matriculado(a) no Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia da UNIOESTE, que desenvolve o Projeto de Pesquisa:

ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DE RESISTÊNCIA DOS ATINGIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU - PR E A CRIAÇÃO DO PROJETO DE REASSENTAMENTO,

a, plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a)/entrevistador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção da sua dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de M.C.Rondon. O pesquisador acima citado fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. **O pesquisador se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.** _____.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)

(Adaptado do CEDIC-Centro de Documentação e Informação Científica "Professor Casemiro dos Reis Filho" - PUC/SP)